**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL**

PAULO ALBERTO DORETO

**DIAGNÓSTICO DA LEGISLAÇÃO PENAL NACIONAL
SOBRE O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS**

**CAMPO GRANDE / MS
2016**

PAULO ALBERTO DORETO

**DIAGNÓSTICO DA LEGISLAÇÃO PENAL NACIONAL
SOBRE O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Profiap/UFMS), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciani Coimbra de Carvalho

**CAMPO GRANDE/MS
2016**

FICHA BIBLIOGRÁFICA

DORETO, Paulo Alberto. Diagnóstico da legislação penal nacional sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas. 93f. 2016. **Trabalho de Conclusão Final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2016.

É concedida à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva para si todos os direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

PAULO ALBERTO DORETO

**DIAGNÓSTICO DA LEGISLAÇÃO PENAL NACIONAL SOBRE O
ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS**

Este Trabalho de Conclusão Final foi julgado adequado para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Profiap/UFMS) e aprovado em 17 de outubro de 2016.

Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini
Coordenador do Profiap/UFMS

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof^ª. Dr^ª. Luciani Coimbra de Carvalho
(UFMS – Campo Grande/MS)
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Ribeiro Silva
(UFMS – Campo Grande/MS)
Membro Interno

Prof^ª. Dr^ª. Rejane Alves de Arruda
(FADIR/UFMS – Campo Grande/MS)
Membro Técnico

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Flores
(FADIR/UFMS – Campo Grande/MS)
Membro Externo

Dedico este Trabalho de Conclusão Final a minha amada Aline, obrigado por você me amar.

AGRADECIMENTOS

Colocar o ponto final é tão difícil quanto escrever a primeira letra. Ao iniciar todo o processo seletivo para estar na primeira turma do Profiap, imaginava que teria muito trabalho pela frente, mas não imaginava que teria tanto apoio e auxílio dos meus familiares, amigos e colegas.

Quero em primeiro lugar agradecer primeiramente a Deus por sempre colocar-me nos melhores locais e momento ideal para minha vida, por mais que eu não entendesse os motivos e seus planos certo é o tempo de DEUS!

Agradeço ainda a minha família, em especial minha esposa Aline, minha Mãe, meu Pai, meus irmãos, meus Avós, meus Tios e Tias, minha Sogra e meu Sogro, meus amigos e colegas pelo apoio incondicional, eles que sempre acreditaram na minha vitória, até mesmo quando eu duvidei.

Agradeço especialmente aos professores do Profiap, consubstanciados na pessoa da minha Orientadora Prof^a Luciani que me ensinou não somente com seus conselhos e aulas, mas também com seu exemplo, amor e dedicação ao labor.

Por fim, agradeço aos meus irmãos de mestrado Amadeu, Tato e Thiago, vocês fizeram um período naturalmente árduo se transformar em saudade e saudosismo.

“O sofrimento é passageiro, desistir é para sempre”

Lance Armstrong

[...]

**“Mato Grosso espera esquecer quisera o som dos fuzis
Se não fosse a guerra quem sabe hoje era um outro país
Amante das tradições de que me fiz aprendiz**

[...]

**E as vezes me deixa assim ao revelar que eu vim
Da fronteira onde o Brasil foi Paraguai**

Sonhos Guaranis

Almir Sater

RESUMO

DORETO, Paulo Alberto. Diagnóstico da legislação penal nacional sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas. 93f. 2016. **Trabalho de Conclusão Final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2016.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciani Coimbra de Carvalho

Defesa: 17/10/2016.

Este trabalho atenderá aos objetivos da pesquisa dentro de um contexto interdisciplinar, perfazendo um breve diálogo entre as ciências que abrangem o tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas, com enfoque na legislação penal brasileira e sua influência sobre a esfera de direitos da pessoa humana, analisando os fatos sob uma ótica não somente jurídica, mas com uma ampliação da pesquisa, de modo a buscar uma pré-compreensão do tema no tocante à realidade atual das normas brasileiras frente ao compromisso assumido com os organismos internacionais, sua influência direta na efetivação de políticas públicas e seus reflexos sociais para as vítimas do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Será realizado um diagnóstico da legislação penal brasileira atual frente aos crimes previstos no ordenamento jurídico pátrio em relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e alguns de seus desdobramentos, bem como um diagnóstico se o Brasil efetivamente alterou nos tipos penais ante o compromisso assumido com a promulgação do protocolo adicional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, por meio do Decreto nº 5.017, como forma de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas.

Palavras Chave: Administração Pública; Políticas Públicas; Tratados de Direitos Humanos; Protocolo de Palermo; Tráfico de Pessoas; Legislação Penal Brasileira.

ABSTRACT

DORETO, Paulo Alberto. Diagnóstico da legislação penal nacional sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas. 93f. 2016. **Trabalho de Conclusão Final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2016.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciani Coimbra de Carvalho

Defesa: 17/10/2016.

This work will meet the research objectives within an interdisciplinary context, making a brief dialogue between the sciences that cover the coping theme of human trafficking, with a focus on Brazilian criminal law and its influence on the sphere of rights of the individual, analyzing the facts in a perspective not only legal, but with further research in order to seek a pre-understanding of the subject in relation to the current reality of Brazilian forward rules the commitment to international organizations, its direct influence on the effectiveness of policies public and its social consequences for the victims of confronting trafficking. There will be a diagnosis of Brazilian criminal law current front to crimes under the parental rights law in relation to addressing trafficking in persons and some of its developments, as well as a diagnosis if Brazil effectively changed the criminal offenses against the commitment to the enactment the additional protocol to prevent, Suppress and punish trafficking in persons, especially women and children, by means of Decree No. 5017, in order to prevent and suppress trafficking in persons.

Key-Words: Public administration; Public policy; Human Rights Treaties; Palermo Protocol; Trafficking in Persons; Brazilian criminal law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	14
2. METODOLOGIA.....	19
3. COMPROMISSO INTERNACIONAL BRASILEIRO NO ENFRETAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	20
3.1. SITUAÇÃO HIERÁRQUICA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ADVINDOS DE TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS	21
3.2. O COMPROMISSO DE ADOTAR MEDIDAS LEGISLATIVAS NECESSÁRIAS PARA ESTABELECEM INFRACÇÕES E SANÇÕES PENAS CONDIZENTES E PROPORCIONAIS A GRAVIDADE DO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS	24
4. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO PENAL NACIONAL SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS	31
4.1. TIPOS PENAS PERTINENTES AO TRÁFICO DE PESSOAS REFERENTES A EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	31
4.2. TIPOS PENAS PERTINENTE AO TRÁFICO DE PESSOAS REFERENTES AO TRABALHO ESCRAVO.....	43
4.3. TIPOS PENAS PERTINENTES AO TRÁFICO DE PESSOAS REFERENTES A REMOÇÃO DE ÓRGÃOS	47
4.4. TIPOS PENAS RELACIONADOS AO TRÁFICO DE PESSOAS ÓRGÃOS	51
4.4.1 Crimes contra a pessoa.....	51
4.4.2 Crimes contra o patrimônio, contra a paz e a fé pública.....	54
4.4.3 Crimes praticados por organizações criminosas.....	57
4.4.4 Crimes dispostos na Lei 6.815/80.....	59
5. DIAGNÓSTICO DA EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL NACIONAL SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS	61
6. PLANO DE AÇÃO	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85

REFERÊNCIAS88

INTRODUÇÃO

Este trabalho atenderá aos objetivos da pesquisa dentro de um contexto interdisciplinar, perfazendo um breve diálogo entre as ciências que abrangem o tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas, com enfoque na legislação penal brasileira e sua influência sobre a esfera de direitos da pessoa humana, analisando os fatos sob uma ótica não somente jurídica, mas com uma ampliação da pesquisa, de modo a buscar uma pré-compreensão do tema no tocante à realidade atual das normas brasileiras frente ao compromisso assumido com os organismos internacionais, sua influência direta na efetivação de políticas públicas e seus reflexos sociais para as vítimas do enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Teoricamente abolida em 1888, a mancha da escravidão perdura em pleno século XXI, no passado as vítimas eram em sua maioria negros, comercializados com respaldo legal e incentivo do poder público e da Igreja. O capitalismo, sistema econômico baseado na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o principal objetivo de adquirir lucro, chega ao ápice da perversidade com sua vertente mais repulsiva, que bem definiu Maria Helena Morra resume-se a “gente vendendo gente” (SIQUEIRA et al, 2013, p. 137).

O tráfico de pessoas é decorrência desse período, tendo como justificativa a “cultura escravocrata, patrimonialista e coronelista, cultura esta forjada na história do povo brasileiro, aliada à ausência de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais para a maioria da população” (SIQUEIRA et al, 2013, p. 139). Não se pode olvidar que o Brasil foi o último país do continente a abolir a escravatura.

Como a legislação penal nacional praticamente não tipificava diretamente condutas relacionadas ao tráfico de pessoas e as políticas públicas eram muito discretas no combate a tais delitos, o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 231, de 29 de maio de 2003, o texto da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000, para adequar o combate local aos esforços globais na luta contra o crime organizado e o tráfico de pessoas. O Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto à Secretaria-Geral da ONU, em 29 de janeiro de 2004, embora a Convenção tenha entrado em vigor no âmbito

internacional em 29 de setembro de 2003, somente entrou em vigor no Brasil em 28 de fevereiro de 2004.

No dia 12 de março de 2004, o Brasil promulgou a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, por meio do Decreto nº 5.017, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças. Seus objetivos são prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças; proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos e promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos.

O escopo do presente trabalho é realizar um diagnóstico da legislação penal brasileira atual frente aos crimes previstos no ordenamento jurídico pátrio em relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e alguns de seus desdobramentos, bem como o que o Brasil efetivamente alterou nos tipos penais ante o compromisso assumido com a promulgação do protocolo adicional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, por meio do Decreto nº 5.017, como forma de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas.

O presente trabalho traz uma abordagem qualitativa da problemática proposta, embasado em referenciais bibliográficos e documentais, com apoio em referenciais teóricos publicados em documentos, doutrinas, artigos, notícias, jornais e sítios eletrônicos. Ademais, também será documental, pois baseia-se em materiais escritos não analisados em profundidade ou reelaborados, com objetivo de selecionar, tratar e interpretar informações, usando para isso fontes primárias e secundárias.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O Brasil celebrou o acordo internacional para adequar o combate local aos esforços globais na luta contra o crime organizado e o tráfico de pessoas, assim o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 231, de 29 de maio de 2003, o texto da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000, o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto à Secretaria-Geral da ONU, em 29 de janeiro de 2004, embora a Convenção tenha entrado em vigor no âmbito internacional em 29 de setembro de 2003, somente entrou em vigor no Brasil em 28 de fevereiro de 2004.

Em 12 de março de 2004, o Brasil promulgou a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, por meio do Decreto nº 5.015, cujo escopo é promover a cooperação para prevenir e combater de forma eficaz à criminalidade organizada transnacional (BRASIL, 2004a). Juntamente com tais inovações também foram promulgados dois protocolos adicionais, quais sejam, o Decreto nº 5.016, relativo ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea e o Decreto nº 5.017, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças.

O Decreto 5.017 de 2004 têm como objetivos, conforme o artigo 2º: a) prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças; b) proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e c) promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos (BRASIL, 2004c). Oportuno frisar que somente será abordado no presente trabalho, os aspectos atinentes a tal Decreto.

O próprio preâmbulo da referida norma explica e justifica a necessidade de uma ação eficaz para prevenir e combater o tráfico de pessoas, que exige por parte dos países de origem, de trânsito e de destino, uma abordagem global e internacional, incluindo medidas destinadas a prevenir, punir os traficantes e proteger as suas vítimas, designadamente protegendo os seus direitos fundamentais, internacionalmente reconhecidos (BRASIL, 2004c).

Embasado em tais previsões, o governo brasileiro, por meio da publicação do Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao

Tráfico de Pessoas e instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, tal política teve por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria, nos termos do artigo 1º do Anexo ao Decreto 5.948 de 2006, dentre as diretrizes gerais, elencou a necessidade de “harmonização das legislações e procedimentos administrativos nas esferas federal, estadual e municipal relativas ao tema” (artigo 4º, inciso X) (BRASIL, 2006).

No capítulo III, quanto ao tratamento das ações o artigo 8º foi direto ao prever que na implementação da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, caberia aos órgãos e entidades públicos, no âmbito de suas respectivas competências e condições, desenvolver as ações, na área de justiça e segurança pública, nos termos da alínea “b”, “elaborar proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento do tráfico de pessoas e crimes correlatos” (BRASIL, 2006).

Em seguida, como resultado do grupo de trabalho interministerial, foi aprovado o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (I PNETP – por meio do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008), instituindo-se o Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano, com o objetivo de prevenir e reprimir o tráfico de pessoas, responsabilizar os seus autores e garantir atenção às vítimas, nos termos da legislação em vigor e dos instrumentos internacionais de direitos humanos, conforme anexo do Decreto (artigo 1º) (BRASIL, 2008).

O I PNETP, com previsão de ser executado no prazo de dois anos, cindiu suas ações em três eixos. Eixo-1: aborda a prevenção ao tráfico de pessoas; Eixo-2: atenção às vítimas e Eixo-3: repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores, cuja prioridade era aperfeiçoar a legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos. Sendo que a ação para alcançar essa prioridade era criar um subgrupo de especialistas para elaborar proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correspondentes.

No dia 04 de fevereiro de 2013 o Decreto nº 7.901 instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP, alterando totalmente a gestão do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Restringindo ao tema objeto do presente trabalho, criou-se o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP),

com execução de 2013 a 2016, sendo instituído um grupo interministerial para seu monitoramento e avaliação (BRASIL, 2013a).

Dentre os objetivos do II PNETP está a ampliação e o aperfeiçoamento da atuação de instâncias e órgãos envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas, na prevenção e repressão do crime, na responsabilização dos autores, na atenção às vítimas e na proteção de seus direitos, nos termos do artigo 3º, §1º, inciso I, do Decreto 7.901/2013, que prevê dentro de sua Linha Operativa 1 o aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Nos dizeres de Ricardo Antônio Andreucci (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010) o comércio de pessoas é uma das atividades mais aberrantes e hediondas da atualidade. “Efetivamente fenômenos modernos como a globalização econômica, os progressos da ciência, da medicina e da tecnologia, [...] não conseguiram, até o presente momento, extirpar da nossa realidade o cancro da escravidão humana e da mercearia de seres humanos” (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010, p. 250).

Há convergências e divergências ao se compararem a comercialização de escravos no passado com o tráfico de pessoas atual, um dos pontos de divergência é o conceito, já que hoje não há uma raça ou etnia específica que sofre tal tormento, como outrora foram com negros e índios. Conforme a alínea “a” do artigo 3º do Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, que foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, a expressão “tráfico de pessoas” significa:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2004c).

Observa-se que a exploração inclui, no mínimo, três frentes, que são suas principais formas: I) a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual; II) o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura; III) a servidão ou a remoção de órgãos.

O tráfico de pessoas para prostituição e outras formas de exploração sexual segundo Rodrigues (2013) é mais rentável e lucrativo que outros tipos de tráficos como o de drogas e armas, pois a vítima em si não é uma mercadoria ilegal, “não precisa ser plantada, cultivada, industrializada, e embalada, [...] além de poder ser ‘utilizada’ inúmeras vezes”. A autora corrobora suas afirmações com lastro nos dados fornecidos em 2010 pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime – UNODC, que afirma que “a movimentação financeira envolvida no delito de tráfico de pessoas com fim de exploração sexual para a Europa alcança 3 bilhões de dólares anuais, e o número de novas vítimas é de 70.000 por ano (RODRIGUES, 2013, p. 65).

No que tange ao trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, Pereira (2015) esclarece que são modalidades de trabalho escravo a limitação de locomoção por dívida, a submissão de jornada exaustiva, o constrangimento físico ou moral e as condições destituídas de dignidade. “Caracteriza também como trabalho escravo o aliciamento do trabalhador, no seu local de origem, enganando e fraudando a sua boa-fé, com promessas de condições dignas de trabalho e garantia de retorno ao seu local de origem” (PEREIRA, 2015, p. 49).

Dados oficiais apontam que são mais de mil trabalhadores flagrados em condições análogas à escravidão no Brasil em 2015, por meio de 140 operações realizadas pelo grupo especial de fiscalização móvel para combater o trabalho escravo no país. As ações identificaram 1.010 trabalhadores em condições análogas às de escravo, em 90 dos 257 estabelecimentos fiscalizados. Mantendo a tendência de 2014, a maioria das vítimas de trabalho escravo no Brasil foi localizada em áreas urbanas que concentraram 61% dos casos (607 trabalhadores em 85 ações). Nas 55 operações realizadas na área rural, 403 pessoas foram identificadas (BRASIL, 2016a).

Além dos trabalhadores em condições análogas à escravidão, que representaram 13,26% do universo de trabalhadores alcançados, as operações coordenadas pelo MPT beneficiaram um total de 7.616 trabalhadores. Como resultado das operações, a fiscalização emitiu no ano passado 2.748 autos de infração, com pagamento de R\$ 3,1 bilhões em indenização para os trabalhadores. Além da emissão de 694 guias para recebimento do Seguro-desemprego e 171 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) (BRASIL, 2016a).

Última das modalidades de tráfico de pessoas abordada é a servidão ou a remoção de órgãos, importante ressaltar que “o mito do turista rico que vem passar férias em um país pobre e tem um de seus órgãos roubado, como propalam alguns filmes, é totalmente falso” (SIQUEIRA, 2013, p. 47). Na verdade, são os jovens de países periféricos as maiores vítimas, por vezes com aval de médicos e profissionais da saúde. Dentre tantos, Priscila Siqueira mostra várias passagens e casos apresentados por todo o mundo, no Brasil “pelo menos 30 pernambucanos venderam o rim à quadrilha recebendo até US\$ 10.000,00, por unidade. Entretanto a oferta foi tamanha, que o valor do rim caiu à metade de seu preço inicial” (SIQUEIRA, 2013, p. 48).

A autora expõe algumas cifras do mercado mundial:

No início da década passada, enquanto doadores nos EUA cobravam cerca de 50 mil a 100 mil dólares por rim, nas Filipinas e Índia o doador recebia mil dólares; os doadores dos países do Leste Europeu recebiam três mil dólares, e até 10 mil dólares, os do Peru. Os rins chegavam a ter valor de 70 mil dólares no mercado internacional. Atualmente, conforme o tipo sanguíneo do receptor, esse valor pode subir para 80 mil dólares (SIQUEIRA, 2013, p. 49).

Logo, o que se pretende é diagnosticar como era a legislação penal antes da promulgação do Decreto? Analisar a adequação da legislação penal brasileira aos padrões internacionais? Verificar se o Brasil cumpriu o compromisso assumido frente a comunidade internacional de adotar medidas legislativas e outras que considera necessárias de forma a estabelecer infrações penais? Diagnosticar se a legislação está condizente e suficiente? Sugerir o que é preciso fazer para adequar a legislação nacional aos parâmetros internacionais?

Após todas as discussões e análises até então realizadas acerca do objeto do estudo em apreço, nas considerações finais busca-se demonstrar o resultado parcial da pesquisa e, principalmente, sugerir, sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico nacional, alterações na legislação penal brasileira sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

2. METODOLOGIA

Para concretização, conforme classificação de Lakatos (1991), este trabalho será qualitativo, pois examinado em profundidade as variáveis dos processos dinâmicos, por meio de uma pesquisa exploratória e explicativa, já que se buscará as causas e fatos que determinam ou contribuem para o fenômeno em apreço, aprofundando o conhecimento e interpretação de fatos reais que implica maturidade e detalhamento do objeto.

Como procedimento será um trabalho bibliográfico, pois busca-se aplicar a leitura dos objetos de estudo ao trabalho desejado. Para isso, há a necessidade de se conhecer doutrinas e características da pesquisa em apreço e seus possíveis métodos de desenvolvimento, bem como será um trabalho documental já elaborado com uma base de dados e da jurisprudência que se consubstancia nas decisões predominantes nos tribunais superiores do Brasil, com base em referenciais teóricos publicados em documentos, doutrinas, artigos, notícias, jornais, sítios eletrônicos, bem como também será documental, pois baseia-se em materiais escritos não analisados em profundidade ou reelaborados, com objetivo de selecionar, tratar e interpretar informações, usando para isso fontes primárias e secundárias.

O presente trabalho também traz uma abordagem qualitativa da problemática proposta, compreendendo um “[...] conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (Neves, 1996, p. 1). Nesse sentido, a principal diferença entre uma abordagem qualitativa e quantitativa reside no fato de a abordagem qualitativa não empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema. Na abordagem qualitativa, diversamente da abordagem quantitativa, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Primeiramente será analisado o compromisso internacional assumido pelo Brasil no enfrentamento ao tráfico de pessoas, posteriormente será realizado o diagnóstico da legislação nacional e, por último, será apresentado um plano de ação para adequação do sistema nacional ao internacional de combate ao tráfico de pessoas.

3. COMPROMISSO INTERNACIONAL BRASILEIRO NO ENFRETAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

O Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, promulgou o Protocolo de Palermo, tal ato voluntário de soberania demonstra o comprometimento de todos os países que concordaram com seus termos no sentido de garantir a prevenção, o combate e a repressão na tentativa de erradicação de todas as modalidades do tráfico de pessoas. “Enfatiza-se que os tratados são, por excelência, expressão de consenso. Apenas pela via do consenso podem os tratados criar obrigações legais, uma vez que Estados soberanos ao aceitá-los, comprometem-se a respeitá-los” (PIOVESAN, 2013, p. 111).

Ratificar um tratado internacional que versa sobre direitos humanos impõe ao Brasil a necessidade de operacionalizar meios para sua integral execução, mesmo que de forma gradual e ainda respeitada todas as peculiaridades da realidade local, desde diversidade cultural, desigualdade social e até a limitação de recursos públicos, pois é cediço que o orçamento público é único e um aumento de investimentos numa determinada política pública necessariamente ensejará em realocação de verbas, ou até mesmo a criação de uma nova fonte de custeio para bancar as despesas geradas.

Não se pode olvidar que “não há revoluções precoces; elas sempre têm o seu momento infalível, guiadas e decretadas por uma lei fatal, inexorável, suprema, contra a qual se erguem, impotentes para represá-las, [...] combinações ardilosas da categoria social decadente, abraçadas aos símbolos do passado” (BONAVIDES, 2009, p. 207). Símbolos nefastos que urgem serem banidos do cotidiano de qualquer país dito democrático.

Malgrado posicionamento descrito alhures, não é incomum, ainda mais em tempos de amplo acesso à internet com seus “filósofos” das redes sociais, presenciarmos pessoas bradando discursos de ódio e discriminação. O anonimato faz brotar seguidores, apoiadores, compartilhadores e incentivadores de tais atrocidades, ao ponto extremo de haver projeto de lei no Senado Federal (nº 432/2013) com intento de extrair do crime de “redução a condição análoga à de escravo”, previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, a tipificação de trabalho escravo decorrente de condições degradantes de trabalho e de jornada exaustiva, “por entender que os conceitos de trabalho degradante e jornada de trabalho exaustiva seriam abertos e subjetivos” (PEREIRA, 2015, p. 142).

Nítido retrocesso legislativo e social, tais posicionamentos vão de encontro as previsões e compromissos dispostos nos tratados e convenções internacionais que o Brasil se obrigou a seguir e difundir. É exatamente neste ambiente, dos compromissos assumidos que se desencadeará este capítulo, em que será mostrado quais foram os pactos e acordos que o Estado brasileiro se dispôs quanto ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, seja pela ratificação do Protocolo de Palermo, seja pela assunção frente aos países e organismos internacionais de fazer cessar tal forma de violência contra a pessoa.

3.1 SITUAÇÃO HIERÁRQUICA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ADVINDOS DE TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Necessário realizar um pequeno esclarecimento, direitos humanos e direitos fundamentais são normas de cunho e valores diferentes no ordenamento jurídico, ou seja, não são sinônimos, pois enquanto os direitos humanos estão consagrados em tratados internacionais, os direitos fundamentais são aqueles já incorporados ao ordenamento jurídico pátrio por meio do texto constitucional.

Enquanto os direitos humanos se encontram consagrados nos tratados e convenções internacionais (plano internacional), os direitos fundamentais são os direitos humanos consagrados positivamente na Constituição de cada país (plano interno), podendo o seu conteúdo e conformação variar de Estado para Estado. A Constituição brasileira de 1988 adota a expressão direitos fundamentais em referência aos direitos nela positivados (Título II – Dos direitos e garantias fundamentais) e direitos humanos para designar os consagrados em tratados e convenções internacionais (CF, art. 4.º, II; art. 5.º, §3.º, e art. 109, V-A e §5.º) (NOVELINO, 2014, p. 467).

Oportuno esclarecer que há uma notória subjetividade nos conceitos supracitados, sendo que a doutrina não encontra consenso em determinar com unanimidade qual o seja, entretanto, o norte é a utilização do fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana, previsto expressamente no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), assim:

Não obstante a inevitável subjetividade envolvida nas tentativas de discernir a nota de fundamentalidade em um direito, e embora haja direitos formalmente incluídos na classe dos direitos fundamentais que não apresentam ligação direta e imediata com o princípio da dignidade humana, é esse princípio que inspira os típicos direitos fundamentais, atendendo à

exigência da igualdade à vida, à liberdade, à integridade física e íntima de cada ser humano, ao postulado da igualdade em dignidade de todos os homens e à segurança. É o princípio da dignidade humana que demanda fórmulas de limitação do poder, prevenindo o arbítrio e a injustiça. (MENDES et al, 2014, p. 170).

Feitos os esclarecimentos quanto a existência de divergências na conceituação, a palavra direito pode ser utilizada com vários significados, seja direito-pretensão, direito-liberdade, direito-poder, direito-imunidade, dentre outras vertentes, a depender do ponto de vista aplicado ao caso em concreto. Conforme Ramos (2015), quando acompanhado do adjetivo humanos, a tão afamada expressão “direitos humanos” é um conjunto de direitos considerados indispensáveis para uma vida, ou seja, pauta-se na liberdade, igualdade e dignidade. Logo, são imprescindíveis e inerentes à vida digna e íntegra.

É nesta esteira que Piovesan (2012) aborda a questão da internacionalização dos direitos humanos, movimento bastante recente na história que surge “a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades cometidas pelo nazismo. É neste cenário que se desenha o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea” (PIOVESAN, 2012, p. 73).

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 o Brasil vive uma crescente interiorização dos direitos alienígenas, com previsão específica de título dedicado a proteção dos direitos e garantias fundamentais e capítulo próprio dos direitos e deveres individuais e coletivos, que nos 78 incisos do artigo 5º da Carta Magna, é verdadeiro alicerce da nação, inclusive sendo vedado deliberação de proposta de emenda tendente a abolir tais direitos e garantias individuais, nos termos do artigo 60, §4º, inciso IV, da Constituinte, pertencendo ao rol das chamadas cláusulas pétreas (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal, no artigo 5º, §1º, prevê que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata” (BRASIL, 1988), quanto à eficácia e aplicabilidade importante lembrar que “normas de eficácia plena seriam aquelas que, por serem dotadas de aplicabilidade direta, imediata e integral, não dependem da atuação do legislador ordinário para que alcancem sua plena operatividade” (SARLET, 2012, p. 167).

Corroborando o acima exposto, com o incremento dos tratados internacionais na realidade brasileira, fora dada maior relevância aos que versam sobre direitos e garantias fundamentais, sendo enfático o §2º, do supracitado dispositivo constitucional, ao dispor que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do

regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988).

Foi exatamente nesse escopo que a Emenda Constitucional nº 45, de 2004 acrescentou o §3º ao artigo 5º, e cravou que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (BRASIL, 1988), é o que Mendes (2014) chama de bloco de legalidade ou de constitucionalidade.

Em arremate, haja vista a relevância do assunto, cabe o registro do julgamento do Recurso Extraordinário nº 466.343/SP, de relatoria do Ministro Cezar Peluso, que em 03 de dezembro de 2008, por maioria de voto, acatou a tese da supralegalidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos que sejam interiorizados no ordenamento jurídico nacional. Destarte, restou superada a antiga posição que tais normas seriam equivalentes as leis ordinárias, preponderando a tese que os tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil possuem status supralegal.

“O que torna inaplicável a legislação infraconstitucional com eles conflitantes, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação e que, desde a ratificação, pelo Brasil sem qualquer reserva, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7)” (MENDES, 2014, p. 1406).

Pelas considerações apresentadas, prega-se que todas as normas que versam sobre o enfretamento ao tráfico de pessoas, em qualquer de suas modalidades têm nitidamente o status supralegal e devem ser analisadas com superioridade em relação as leis ordinárias, medida que embasa a necessidade de atuação direta pelo poder público no combate pela prevenção, repressão e atendimento as vítimas.

A título de exemplo, no caso de um conflito aparente de normas entre uma lei ordinária e um tratado internacional de direitos humanos, prevalecerá este, pois encontra-se em posição hierarquicamente superior em relação àquela no ordenamento jurídico brasileiro, devendo, portanto, serem respeitadas as regras previstas nos tratados de direitos humanos, mesmo que não forem aprovados pelo quórum qualificado previsto no artigo 5º, §3º, da Constituição Federal de 1988.

Por todo exposto, comunga-se do entendimento que o Protocolo de Palermo, promulgado no Brasil pelo Decreto 5.017, de 12 de março de 2004, tem status de supralegalidade em relação as demais leis e atos normativos infraconstitucionais, devendo ficar posicionado hierarquicamente abaixo somente da própria Constituição Federal, por nitidamente abordar assuntos que dizem respeito aos direitos humanos.

3.2 O COMPROMISSO DE ADOTAR MEDIDAS LEGISLATIVAS NECESSÁRIAS PARA ESTABELECEM INFRAÇÕES E SANÇÕES PENAIS CONDIZENTES E PROPORCIONAIS A GRAVIDADE DO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS

Ao realizar a promulgação do protocolo adicional à convenção das nações unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças pelo Decreto 5.017, de 12 de março de 2004, o Brasil adentrou numa outra categoria em relação à prevenção e o combate ao tráfico de pessoas. Como parte desse novo *status*, uma das medidas de combate e repressão é a criação de tipos penais adequados a gravidade dos delitos, tanto em relação à descrição da conduta, quanto a espécie e quantidade de pena aplicada.

O próprio artigo 4º do protocolo adicional ao Decreto 5.017 de 2004 enaltece que em relação ao âmbito de aplicação, ressalvadas disposições em contrário, a importância no que tange à prevenção, investigação e repressão das ações estabelecidas em conformidade com o artigo 5º, das infrações que forem de natureza transnacional e envolverem grupo criminoso organizado, bem como à proteção das vítimas dessas infrações. (BRASIL, 2004c).

Quanto a criminalização, o Protocolo foi enfático e reservou dispositivo próprio direcionado a ela, assim, o artigo 5º determina que “cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias de forma a estabelecer como infrações penais os atos descritos no Artigo 3º, do presente Protocolo, quando tenham sido praticados intencionalmente” (BRASIL, 2004c).

O dispositivo determina ainda que cada Estado Parte deve adotar igualmente as medidas legislativas, bem como outras que considere necessárias, para estabelecer como infrações penais (sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico): a) a tentativa de cometer infração; b) a participação como cúmplice na infração; e c) aquele que

organiza a prática da infração. Todas essas condutas estabelecidas em conformidade com o disposto nos parágrafos do artigo 5º. Insta salientar que foi aconselhado que seja abordada a ação daquele que dá instruções a outras pessoas para que pratiquem os crimes em tela (BRASIL, 2004c).

Embasado em tais previsões, o governo brasileiro, por meio da publicação do Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, tal política teve por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria, nos termos do artigo 1º do Anexo ao Decreto 5.948 de 2006, dentre as diretrizes gerais, elencou a necessidade de “harmonização das legislações e procedimentos administrativos nas esferas federal, estadual e municipal relativas ao tema” (artigo 4º, inciso X) (BRASIL, 2006).

Além de diretrizes específicas de prevenção ao tráfico de pessoas conforme artigo 5º, também teve diretrizes específicas de repressão ao tráfico de pessoas e de responsabilização de seus autores dispostas no artigo 6º, dentre as quais a previsão no inciso IV de “integração com políticas e ações de repressão e responsabilização dos autores de crimes correlatos” (BRASIL, 2006).

No capítulo III, quanto ao tratamento das ações o artigo 8º foi direto ao prever que na implementação da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, caberia aos órgãos e entidades públicos, no âmbito de suas respectivas competências e condições, desenvolver as ações, na área de justiça e segurança pública, nos termos da alínea “b”, “elaborar proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento do tráfico de pessoas e crimes correlatos” (BRASIL, 2006).

Em seguida, como resultado do grupo de trabalho interministerial, foi aprovado o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (I PNETP – por meio do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008), instituindo-se o Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano, com o objetivo de prevenir e reprimir o tráfico de pessoas, responsabilizar os seus autores e garantir atenção às vítimas, nos termos da legislação em vigor e dos instrumentos internacionais de direitos humanos, conforme anexo do Decreto (artigo 1º) (BRASIL, 2008).

O I PNETP, com previsão de ser executado no prazo de dois anos, cindiu suas ações em três eixos. Eixo-1: aborda a prevenção ao tráfico de pessoas; Eixo-2: atenção às vítimas e Eixo-3: repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores, cuja prioridade era aperfeiçoar a legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos. Sendo que a ação para alcançar essa prioridade era criar um subgrupo de especialistas para elaborar proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correspondentes.

Em janeiro de 2010 foi divulgado o relatório do I PNETP, no qual apresentaram-se, como partes essenciais no desenho e na implementação do plano nacional, as metas estabelecidas e a sua execução pelos órgãos responsáveis, conforme tabela a seguir (BRASIL, 2010, p. 94-96):

Ações: 6.A:	Criar um subgrupo de especialistas para elaborar proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos
Atividades: 6.A.1:	Analisar Projetos de Lei sobre o tema e propor o aperfeiçoamento da legislação brasileira para o enfrentamento ao tráfico de pessoas
Metas:	01 relatório de análise legislativa com propostas de aperfeiçoamento elaborado
Situação atual:	Criação de um grupo de trabalho para assuntos legislativos e elaboração de proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos
Metodologia utilizada:	Análise e estudos para elaboração de documentos e relatórios
Órgão responsável:	Ministério da Justiça/SNJ
Parceiros:	Casa Civil, SDH, SPM, MTE, MRE, MP's e Poder Legislativo
Prazo:	Curto prazo
Período de realização:	2009
Custo total R\$:	-

Fonte: I – PNETP (BRASIL, 2010, p. 94-96).

Atividades: 6.A.2	Elaborar um anteprojeto de lei com proposta de uniformização do conceito de tráfico de pessoas, em consonância com a Política Nacional de
--------------------------	---

	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo) e com acordos internacionais ratificados pelo Brasil
Situação atual:	Criação de um grupo de trabalho para assuntos legislativos e elaboração de proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos
Metodologia utilizada:	Análise e estudos de documentos para elaboração do anteprojeto
Órgão responsável:	Ministério da Justiça/SNJ
Parceiros:	Casa Civil, SDH, SPM, MTE, MRE, MP's e Poder Legislativo
Prazo:	Curto prazo
Período de realização:	2009.
Custo total R\$	-

Fonte: I – PNETP (BRASIL, 2010, p. 94-96).

Em relação as considerações finais exaradas no relatório do I PNETP este “teve por principal objetivo integrar os diversos órgãos governamentais, sociedade civil e organismos internacionais para a implementação de ações, no Brasil, contribuindo para a redução do tráfico de pessoas” (BRASIL, 2010, p. 253), com a grande ressalva de que:

Apesar do término do prazo de execução do Plano e devido à complexidade do fenômeno tráfico de pessoas, algumas metas de estudos, pesquisas, diagnósticos e criação de serviços, por exemplo, estão sendo desenvolvidas para conclusão em 2010 e 2011. Além disso, cabe ressaltar que os órgãos responsáveis por sua implementação precisaram de um período para adaptar novos planejamentos financeiros e orçamentários às metas a serem realizadas (BRASIL, 2010, p. 255).

Houve ainda a promulgação de duas importantes leis que alteraram diretamente o Código Penal Brasileiro, a Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005 e a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, que disciplinam a matéria objeto do estudo em tela, trazendo à baila a lição de Fernando Capez e Stela Prado ao comentarem a *novel* normativa, “a tutela da moralidade sexual condiz plenamente com a Missão do Direito Penal de proteger bens jurídicos, sempre que houver violação de interesses de relevância coletiva em jogo” (MARZAGÃO JÚNIOR,

2010, p. 142). Concluem os autores supracitados que “[...] o direito penal, no caso dos crimes dos arts. 231 e 231-A, do CP, intervém em hipótese de fundamental importância para a sociedade, não havendo que se falar em inconstitucionalidade de um dos bens jurídicos eleitos [...]” (Id. Ibidem, p. 142).

No dia 04 de fevereiro de 2013 o Decreto nº 7.901 instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP, alterando totalmente a gestão do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Restringindo ao tema objeto do presente trabalho, criou-se o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP), com execução de 2013 a 2016, sendo instituído um grupo interministerial para seu monitoramento e avaliação (BRASIL, 2013a).

Dentre os objetivos do II PNETP está a ampliação e o aperfeiçoamento da atuação de instâncias e órgãos envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas, na prevenção e repressão do crime, na responsabilização dos autores, na atenção às vítimas e na proteção de seus direitos, nos termos do artigo 3º, §1º, inciso I, do Decreto 7.901/2013. Que prevê dentro de sua Linha Operativa 1 o aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas:

Atividade 1.A - Produzir propostas normativas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Metas: 1.A.1 - Estratégia desenvolvida para viabilizar a aprovação do Projeto de Lei nº 5.655, de 20 de julho de 2009, de autoria do Poder Executivo, que visa reformular o Estatuto do Estrangeiro.

1.A.2 - Estratégia desenvolvida para viabilizar a elaboração e aprovação de projeto de lei específico sobre tráfico de pessoas.

1.A.3 - Anteprojeto de lei elaborado para dispor sobre perdimento de bens por crime de tráfico de pessoas, revertendo-os para a prevenção e repressão ao crime e atenção às vítimas.

1.A.4 - Anteprojeto de lei elaborado para estabelecer punição mais rigorosa dos autores do crime de tráfico de pessoas, inclusive na aplicação da lei de execuções penais para tais casos.

1.A.5 - Proposta de ato normativo elaborada para regulamentar a atividade e o funcionamento de agências de casamentos e de recrutamento, introdução e colocação de trabalhadores, estudantes e esportistas, no Brasil e no exterior.

1.A.6 - Ato normativo elaborado e publicado para redefinir competências dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dos Postos Avançados

de Atendimento Humanizado ao Migrante e Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

1.A.7 - Proposta apresentada para aplicação de sanções administrativas a empresas e instituições financiadas ou apoiadas com recursos públicos, inclusive as que executam grandes obras governamentais no Brasil, que tenham sido condenadas em processos de tráfico de pessoas.

1.A.8 - Estratégia desenvolvida para internalização e regulamentação da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias, em tramitação no Congresso Nacional.

1.A.9 - Estratégia desenvolvida para internalização e regulamentação da Convenção nº 189 da Organização Internacional do Trabalho sobre Trabalho Doméstico” (BRASIL, 2013a).

Nota-se que a Linha Operativa 1 está diretamente relacionada a tendência de se buscar alterações e inovações legislativas para a adequação das leis nacionais aos padrões mínimos exigidos a título internacional. Inclusive esta será a próxima frente deste trabalho, expor os tipos penais, crimes e delitos previstos no ordenamento jurídico pátrio que possam de forma, direta ou indireta, serem enquadrados e qualificados como infrações no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Mesmo com sua execução ainda em andamento, em 11 de maio de 2016 a Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça (SNJ/MS) divulgou o relatório de gestão 2015/2016, documento este que, dentre outras disposições, trata da nova estrutura do órgão, da cooperação jurídica internacional, do enfrentamento ao tráfico de pessoas, do acesso e do fortalecimento institucional.

Em um balanço quanto ao marco legal do tráfico de pessoas no que versa sobre a linha de operação supracitada ressalta-se que:

Uma das linhas de operação do PNETP é o aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas. O assunto relativo à correta tipificação do tráfico de pessoas está sendo tratado em duas proposições: no PLS nº 479/2012 e no SDC nº 02/2015 (substitutivo da Câmara dos Deputados), ambas em trâmite no Senado Federal. O PLS nº 479/2012 foi fruto da CPI do Senado Federal sobre o Tráfico de Pessoas, encaminhado à Câmara dos Deputados, foi apreciado com Comissão Especial, junto com o projeto de lei oriundo da CPI do Tráfico de Pessoas daquela Casa, PL nº 7.370/2014, e outros projetos de mesma temática. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 26 de fevereiro de

2015 e retornou ao Senado Federal para apreciação final (BRASIL, 2016b, p. 94).

Os próximos passos são realizar uma articulação com a SAL/MS, e reuniões com o Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES) e sua equipe de assessores e consultores, com vistas à aprovação célere do Projeto de Lei (BRASIL, 2016b, p. 98).

4. LEGISLAÇÃO PENAL NACIONAL SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS

A tipificação de condutas referentes ao tráfico de pessoas passou por diversas criações e alterações legislativas. Neste capítulo serão apresentados tipos penais, indicando a evolução da criminalização em conformidade com o preconizado na legislação internacional, principalmente no tratado contra o tráfico de pessoas (Protocolo de Palermo). Para tal, o norte foi o Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil, elaborado em 2012, por Verônica Maria Teresi e Claire Healy (TEREZI, 2012).

Mormente, é importante ressaltar “que a legislação brasileira ainda não está totalmente adequada ao que prevê aquele documento. As leis brasileiras proíbem a maioria das formas de tráfico de pessoas; no entanto, existe espaço para melhorias no quadro legislativo brasileiro com relação ao tráfico de pessoas” (TEREZI, 2012, p. 78).

4.1 TIPOS PENAIS PERTINENTES AO TRÁFICO DE PESSOAS REFERENTES A EXPLORAÇÃO SEXUAL

O Código Penal de 1940 previa o crime de tráfico de mulheres no artigo 231, nos seguintes termos: “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro”. A pena abstrata prevista ao delito era reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos. Se houvesse emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena seria de reclusão de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência, ademais, se o crime fosse cometido com o fim de lucro, aplicava-se também multa (BRASIL, 1940).

Em 2005 a Lei 11.106 alterou o artigo 231 do Código Penal, que passou a dispor sobre o tráfico internacional de pessoas, nos seguintes termos: “promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro”. A punição prevista era de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa (BRASIL, 1940).

A supracitada Lei ainda acrescentou ao Código Penal o artigo 231-A, com a rubrica de “tráfico interno de pessoas”, respondendo pelo delito quem “promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento

ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição”, a pena aplicada de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa (BRASIL, 1940).

Todavia, em 2009 houve nova alteração nesses dispositivos legais pela Lei 12.015 que agora trata o crime do artigo 231 do Código Penal como “tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual”, imputando a conduta a quem promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro, a penalidade é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos. Dispõe-se ainda que incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferí-la ou alojá-la (§1º) (BRASIL, 1940).

A pena, entretanto, será aumentada da metade se a vítima é menor de 18 anos; se a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou quando há emprego de violência, grave ameaça ou fraude (§2º). Além disso, se o crime for cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também a pena de multa (§3º) (BRASIL, 1940).

Após a advento da Lei 12.015 de 2009, o artigo 231-A do Código Penal tipifica o tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual, com a seguinte redação: promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual, pena de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la (§1º). O crime recebeu a mesma causa de aumento de pena do artigo anterior (§§ 2º e 3º) (BRASIL, 1940).

Não especificamente relacionados ao escopo do Protocolo de Palermo, mas correlato a exploração sexual, houve grande alteração no antigo capítulo do Código Penal destinado a proteção dos crimes contra os costumes, que após a edição da Lei 12.015 de 2009, passou a tutelar os crimes contra a dignidade sexual (BRASIL, 1940).

Ainda dentro do antigo capítulo destinado ao lenocínio e ao tráfico de pessoas (redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005), que a partir de 2009 passou a chamar-se: “Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração

sexual”, também se tipifica as condutas daquele que faz a mediação para servir à lascívia de outra pessoa, induzindo alguém a satisfazer a lascívia de outrem, a pena é reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo 227, do Código Penal (BRASIL, 1940).

Ressalta-se que se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos (§1º). Aliás, se o crime for cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena de reclusão será de 2 (dois) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência (§2º). Inclusive, se o crime for cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa (§3º) (BRASIL, 1940).

Outra forma de combater a exploração sexual foi por meio da criminalização do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, previsto no art. 228, do Código Penal, pune-se quem induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, bem como, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone, conduta que recebe a pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Insta salientar que se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância a pena de reclusão passa para 3 (três) a 8 (oito) anos (§1º) (BRASIL, 1940).

No mesmo tipo penal, se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude a pena é reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência (§2º), se o crime for cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa (§3º) (BRASIL, 1940).

Sob o *nomen iuris* de “casa de prostituição”, a manutenção, seja por conta própria ou por terceiro, de estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente, é crime nos termos do artigo 229, do Código Penal, com sanção de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa (BRASIL, 1940).

Até como consequência lógica do sistema punitivo, o Rufianismo, ou seja, tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça, é crime punido com reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa (artigo 230, do Código Penal). Não se pode olvidar que se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime for praticado por

ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, a sanção será reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. Também se o crime for cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima a pena de reclusão passa a ser de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência (BRASIL, 1940).

Algumas condutas, mesmo não abordadas no capítulo específico sobre o tráfico de pessoas do Código Penal, estão umbilicalmente atreladas as infrações em apreço, são os crimes contra a dignidade sexual, seja contra a liberdade sexual ou os crimes sexuais contra vulneráveis. Um bom exemplo é o crime de estupro, previsto no artigo 213 do Código Penal que também teve uma drástica mudança com o advento da Lei 12.015 de 2009, pois imiscuiu a sua prática com a conduta do revogado artigo 214 do Código Penal, qual seja, o antigo crime de “atentado violento ao pudor”, restando o delito único de: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, pena reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos (BRASIL, 1940).

Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos, pena de reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos (§1º). Se da conduta resulta morte, a reclusão, será de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (§2º) (BRASIL, 1940).

Dentre outros, importante ressaltar os crimes de estupro de vulnerável (artigo 217-A, do Código Penal), corrupção de menores (artigo 218, do Código Penal), satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (artigo 218-A, do Código Penal) e favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (artigo 218-B, do Código Penal), também estão diretamente relacionados ao bem jurídico em estudo (BRASIL, 1940).

TABELA DE EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO CRIMINAL BRASILEIRA QUANTO AOS DELITOS REFERENTES À EXPLORAÇÃO SEXUAL		
Artigo 213	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
	Título VI – Dos crimes contra os	Título VI – Dos crimes contra a dignidade sexual
		Capítulo I – Dos crimes contra a liberdade sexual

	costumes Capítulo I – Dos crimes contra a liberdade sexual	
Nome do Crime	Estupro	Estupro
Caput	Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: Pena - reclusão, de três a oito anos.	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.
Parágrafo único	Parágrafo único. Se a ofendida é menor de catorze anos: Pena - reclusão, de seis a dez anos.	Não há correspondência
§1º	Não há correspondência	Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.
§2º	Não há correspondência	Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos
Artigo 214	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
Nome do Crime	Atentado violento ao pudor	Não há correspondência
Caput	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal: Pena - reclusão de dois a sete anos.	Não há correspondência
Parágrafo único	Parágrafo único. Se o ofendido é menor de catorze anos: Pena - reclusão, de seis a dez anos.	Não há correspondência
Artigo 217-A	Código Penal 1.940 Capítulo II - Da Sedução E Da Corrupção De	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009 CAPÍTULO II - Dos crimes sexuais contra vulnerável

	Menores	
Nome do Crime	Sedução (art. 217)	Estupro de vulnerável (art. 217-A)
Caput	Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança: Pena - reclusão, de dois a quatro anos	Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.
Parágrafos 1º a 4º	Não há correspondência	§1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. §2º (VETADO) §3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. §4º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.
Artigo 218	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
Nome do Crime	Corrupção de menores	Corrupção de menores
Caput	Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo: Pena - reclusão, de um a quatro anos	Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
Artigo 218-A	Incluído no Código Penal de 1.940 pela redação da Lei nº 12.015/2009	
Nome do Crime	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	
Caput	Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.	
Artigo 218-B	Incluído no Código Penal 1.940 pela Lei nº 12.015/2009	Redação dada pela Lei nº 12.978/2014

Nome do Crime	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.	
Caput	Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.		
§1º	Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.		
§2º	Incorre nas mesmas penas: I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo; II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo.		
§3º	Na hipótese do inciso II do §2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.		
Artigo 227	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 11.106/2005	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
Capítulo V	Do lenocínio e do tráfico de mulheres	Do lenocínio e do tráfico de pessoas	Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual
Nome do Crime	Mediação para servir a lasciva de outrem	Mediação para servir a lasciva de outrem	Mediação para servir a lasciva de outrem
Caput	Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de um a três anos	Mantida a redação	Mantida a redação
§1º	Se a vítima é maior de catorze e menor de dezoito anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, marido, irmão, tutor ou curador ou pessoa a que esteja confiada para fins de educação, de	Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para	Mantida a redação

	tratamento ou de guarda: Pena - reclusão, de dois a cinco anos	fins de educação, de tratamento ou de guarda. Pena - reclusão, de dois a cinco anos.	
§2º	Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.	Mantida a redação	Mantida a redação
§3º	Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.	Mantida a redação	Mantida a redação
Artigo 228	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009	
Nome do Crime	Favorecimento da prostituição	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	
Caput	Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone: Pena - reclusão, de dois a cinco anos.	Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.	
§1º	Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do artigo anterior: Pena - reclusão, de três a oito anos	Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos	
§2º	Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência.	Mantida a redação	

§3º	Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.	Mantida a redação
Artigo 229	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
Nome do Crime	Casa de prostituição	Casa de prostituição
Caput	Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.	Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.
Artigo 230	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
Nome do Crime	Rufianismo	Rufianismo
Caput	Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.	Mantida a redação
§1º	Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227: Pena - reclusão, de três a seis anos, além da multa.	Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
§2º	Se há emprego de violência ou grave ameaça: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da multa e sem prejuízo da pena correspondente à	Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.

	violência.		
Artigo 231	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 11.106/2005	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
Nome do Crime	Tráfico de mulheres	Tráfico internacional de pessoas	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual
Caput	Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro: Pena - reclusão, de três a oito anos.	Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.	Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.
§1º	Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227: Pena - reclusão, de quatro a dez anos.	Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.	Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.
§2º	Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência	Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.	A pena é aumentada da metade se: I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.
§3º	Não há	Tráfico interno de	Se o crime é cometido com

	correspondência		peças: Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.	o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.
Artigo 231-A	Código Penal 1.940		Redação dada pela Lei nº 11.106/2005	Redação dada pela Lei nº 12.015/2009
Nome do Crime	Não há correspondência	há	Tráfico interno de pessoas	Estupro
Caput	Não há correspondência	há	Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.	Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.
Parágrafo único	Não há correspondência	há	Aplica-se ao crime de que trata este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 231 deste Decreto-Lei.	Não há correspondência
§1º	Não há correspondência	há	Não há correspondência	Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la
§2º	Não há correspondência	há	Não há correspondência	A pena é aumentada da metade se: I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou

			se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.
§3º	Não há correspondência	Não há correspondência	Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa

Fonte: Elaborado pelo autor.

“Como se depreende dos textos mencionados, a exploração em si não é tutelada. Trata-se de exaurimento do delito de tráfico ou crime autônomo” (RODRIGUES, 2013, p. 146). Encontra-se verdadeira carência de proteção às condutas relacionadas ao enfiletamento ao tráfico de pessoas, pois as normas não conseguiram acompanhar a crescimento e ramificação da atividade criminosa.

Com as inovações legais quanto a exploração sexual, “buscou-se eliminar o machismo reinante nesse, que tutelava a virgindade da mulher e o seu recato sexual. Condutas foram descriminalizadas, como a sedução e o rapto consensual, enquanto outras terminaram se transformando em crimes, como o incentivo a prostituição infantil” (NUCCI, 2014, p. 06). Tecendo algumas críticas as mudanças o supracitado doutrinador enaltece:

Duas medidas constituíram, sem dúvida, as principais: a unificação do atentado violento ao pudor na figura do estupro e a criação da figura do estupro de vulnerável. Ato contínuo, os debates doutrinários e seus reflexos jurisprudenciais foram sentidos. Qual seria a pena justa para quem constringe a vítima à conjunção carnal e outros atos libidinosos? Qual seria o caráter da vulnerabilidade do menor de 14 anos? São apenas dois exemplos de vários pontos controversos que fluíram das reformas penais. (NUCCI, 2014, p. 06).

São muitas as controvérsias em relação a melhora prática advindas das alterações na legislação penal quanto aos delitos relacionados à exploração sexual, entretanto, o Brasil está nitidamente se esforçando tanto na realização de estudos, como no cumprimento das metas do PNETP.

“O legislador precisa levar em consideração todas as ações na elaboração do tipo penal. Conforme alerta Kara, em muitos países a legislação contra o

estupro, tortura e homicídio, por ser mais rígida e efetiva do que aquela contra o tráfico sexual, acaba sendo aplicada. E, assim, o tráfico se perpetua como um crime invisível” (RODRIGUES, 2013, p. 146).

O direito é uma força cogente, que sofre influência dos valores éticos e morais da sociedade contemporânea, fazendo com que condutas outrora tipificadas sejam consideradas atípicas, da mesma forma que a globalização e a disseminação de informação pela internet faz surgir novos delitos virtuais que merecem maior atenção dos poderes Estatais.

4.2 TIPOS PENAIIS PERTINENTE AO TRÁFICO DE PESSOAS REFERENTES AO TRABALHO ESCRAVO

É preciso sempre lembrar que assim como evoluem os direitos e garantias fundamentais, sempre aprimorados pela vedação ao retrocesso social, as condutas criminosas também se modificam no transcorrer do tempo, logo, contemporaneamente a escravidão apresenta-se de forma nebulosa “e é marcada pela ação de organizações criminosas, que através do autoritarismo, segregação social e desrespeito aos direitos humanos, subjagam os trabalhadores não propriamente ao regime de escravidão, mas a condições análogas a ele ou a trabalhos degradantes” (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010, p. 199).

Na parte especial, em seu capítulo VI, que cuida dos crimes contra a liberdade individual, o Código Penal Brasileiro dedica seção exclusiva aos crimes contra a liberdade pessoal, sendo tutelada a “redução a condição análoga à de escravo” crime tipificado no artigo 149, que recrimina quem reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. A pena é reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além da pena correspondente à violência (BRASIL, 1940).

Aliás, recebe a mesma pena quem cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho e aquele que mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho (§1º). A pena é aumentada de metade, se o crime for cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (§2º) (BRASIL, 1940).

Diretamente atrelado ao crime em tela, quando trata os crimes contra a organização do trabalho, o Código Penal tipifica a “frustração de direito assegurado por lei trabalhista” que, nos termos do artigo 203 é frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho, com pena de detenção de 1 (um) ano a 2 (dois) anos, e multa, além da pena correspondente à violência, sendo que na mesma pena incorre aquele que obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida ou impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais (§1º) (BRASIL, 1940).

Ademais, a pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental (§2º) (BRASIL, 1940).

O ordenamento jurídico tutela o simples aliciamento para o fim de emigração, ou seja, recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro, já é crime previsto no artigo 206 do Código Penal, punido com detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa. Conquanto, o fato do aliciamento de trabalhadores de um local para outro dentro das fronteiras brasileiras, que é a conduta de aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional também é crime e recebe pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa (BRASIL, 1940).

Vale frisar que incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem (§1º). Bem como, a pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental (§2º) (BRASIL, 1940).

TABELA DE EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO CRIMINAL BRASILEIRA QUANTO AOS DELITOS REFERENTES AO TRABALHO ESCRAVO		
Artigo 149	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 10.803/2003
Nome do Crime	Redução a condição análoga à de escravo	

Caput	Reduzir alguém a condição análoga à de escravo: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.	Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
§1º	Não há correspondência	Nas mesmas penas incorre quem: I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.
§2º	Não há correspondência	A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I - contra criança ou adolescente; II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.
Artigo 203	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 9.777 de 1998
Nome do Crime	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	
Caput	Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, de dois contos a dez contos de réis, além da pena correspondente à violência.	Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
§1º	Não há correspondência	Na mesma pena incorre quem: I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante

		coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.
§2º	Não há correspondência	A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.
Artigo 206	Código Penal 1.940	Redação dada pela Lei nº 8.683 de 1993
Nome do Crime	Aliciamento para o fim de emigração	
Caput	Aliciar trabalhadores, para o fim de emigração: Pena - detenção, de um a três anos, e multa, de um conto a dez contos de réis.	Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro. Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelo destempero das alterações legislativas, constata-se a inércia do legislador brasileiro no combate as modernas formas de redução a condição análoga à de escravidão, ao comentar os desafios e perspectivas da organização do trabalho na sociedade globalizada Ricardo Antônio Andreucci prega que “o Brasil, embora singelamente, já criminaliza algumas condutas relacionadas ao tráfico interno e internacional de pessoas, ainda que dando a esse fenômeno, como se depreende da redação dos arts. 231 e 231-A, tratamento eminentemente relacionado à exploração sexual” (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010, p. 253).

Aliás, algumas inovações no texto constitucional trouxeram à baila mais polêmicas sobre a criminalização das modalidades de trabalho escravo, isto pelas controversas interpretações criadas com a promulgação da Emenda Constitucional nº 81, de 05 de julho de 2014.

[...] têm surgido inúmeras argumentações, na doutrina e nos meios de comunicação, acerca de uma possível insegurança jurídica que existiria com relação ao conceito de trabalho escravo. Inclusive pretendendo-se retirar do crime [...] a tipificação de trabalho escravo decorrente de condições degradantes de trabalho e jornada de trabalho exaustiva. Aliás, o projeto de lei do Senado Federal n. 432/2013 trata exatamente desta questão, admitindo o confisco apenas por servidão por dívida e cerceamento de liberdade, por entender que os conceitos de trabalho degradante e jornada de trabalho exaustiva seriam abertos e subjetivos (PEREIRA, 2015, p. 142).

Todavia, incontestável a constitucionalidade do artigo 149 do Código Penal Brasileiro, salientando-se que “a jurisprudência [...] possui, de forma inequívoca, o perfeito entendimento do que é condição degradante e jornada exaustiva de trabalho, aplicando referidos conceitos em suas decisões, de maneira habitual e sem qualquer dificuldade” (PEREIRA, 2015, p. 143).

“A escravidão é uma situação de direito em virtude da qual o homem perde a própria personalidade, tornando-se simplesmente coisa. Sem amparo legal em nosso País, pune-se, aqui, a redução do homem a condição análoga à de um escravo, estado de fato proibido por lei” (CUNHA; ROQUE, 2015, p. 43). É uma forma abjeta e funesta de coisificar o ser humano.

Em sede conclusiva, para um problema globalizado necessária uma solução de amplitude mundial, “que exige compromissos e soluções concertadas, construindo um dos grandes desafios da sociedade globalizada. A comunidade internacional deve ser chamada à responsabilidade, devendo assumir um papel cada vez mais ativo no combate a este flagelo [...]” (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010, p. 266).

4.3 TIPOS PENAIIS PERTINENTES AO TRÁFICO DE PESSOAS REFERENTES A REMOÇÃO DE ÓRGÃOS

Em relação a necessidade da criminalização da comercialização de órgãos humanos, “apesar do transplante de órgãos ter-se revelado um dos milagres da medicina no século passado, tais feitos têm sido maculados por inúmeros relatos de tráfico de pessoas que são utilizadas como fonte de órgãos e de turistas doentes de países ricos” (SIQUEIRA, 2013, p. 47).

No Brasil, a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, além de dar outras providências, com capítulo próprio quanto as sanções penais e administrativas, limitando-se somente quanto a parte criminal no presente estudo.

Relevante trazer à baila que a realização de transplante ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só poderá ser realizada por estabelecimento de saúde, público ou privado, e por equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante previamente

autorizados pelo órgão de gestão nacional do Sistema Único de Saúde, nos termos do artigo 2º do diploma normativo em comento (BRASIL, 1997).

A remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições desta Lei é crime, nos termos do artigo 14, punido com reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa (de 100 a 360 dias-multa). Nota-se que se o crime for cometido mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe a pena de reclusão passa a ser de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa (de 100 a 150 dias-multa). Já se o crime é praticado em pessoa viva, e resulta para o ofendido incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função ou aceleração de parto, a punição será reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos e multa (de cem a duzentos dias multa), conforme o parágrafo segundo (BRASIL, 1997).

Do mesmo modo, o parágrafo terceiro reza que se o crime é praticado em pessoa viva e resulta para o ofendido incapacidade para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente ou aborto, a pena será de reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa (de cento e cinquenta a trezentos dias-multa). Agora, se o crime é praticado em pessoa viva e resulta morte a punição será de reclusão, de 08 (oito) a 20 (vinte) anos, e multa de duzentos a trezentos e sessenta dias-multa (§4º) (BRASIL, 1997).

Outra conduta tipificada na Lei 9.434 de 1997 é a compra ou venda de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano que, conforme artigo 15, recebe sanção de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa (de duzentos a trezentos e sessenta dias-multa). Segundo o parágrafo único do supracitado dispositivo, incorre na mesma pena quem promove, intermedia, facilita ou aufere qualquer vantagem com a transação (BRASIL, 1997).

Aquele que realizar transplante ou enxerto utilizando tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei, comete crime punido com reclusão, de 01 (um) a 06 (seis) anos, e multa, de cento e cinquenta a trezentos dias-multa, conforme artigo 16 (BRASIL, 1997).

O simples recolhimento, transporte, guarda ou distribuição de partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidas em desacordo com os dispositivos desta Lei, já é punido com reclusão, de seis meses a dois anos, e multa de cem a duzentos e cinquenta dias-multa, nos termos do artigo 17 (BRASIL, 1997).

Outrossim, a lei disciplina a forma como deve proceder a equipe médica ao realizar o procedimento, caso venha a se realizar transplante ou enxerto em desacordo com o disposto no artigo 10 desta Lei e seu parágrafo único, enseja pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, conforme artigo 18 (BRASIL, 1997).

É interessante notar que só de deixar de recompor cadáver, devolvendo-lhe aspecto condigno para sepultamento ou deixar de entregar ou retardar sua entrega aos familiares ou interessados, já caracteriza crime punido com detenção de seis meses a dois anos (artigo 19). E, nos termos do artigo 20, mesmo aquele que publicar anúncio ou apelo público em desacordo com o disposto no artigo 11, recebe a pena de multa de cem a duzentos dias-multa (BRASIL, 1997).

TABELA DE EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO CRIMINAL BRASILEIRA QUANTO AOS DELITOS REFERENTES AO COMÉRCIO DE ÓRGÃOS	
Artigo 14	Redação Lei nº 9.434 de 1.997
Caput	Remover tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições desta Lei: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa, de 100 a 360 dias-multa.
§1º	Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe: Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa, de 100 a 150 dias-multa.
§2º	Se o crime é praticado em pessoa viva, e resulta para o ofendido: I - incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; II - perigo de vida; III - debilidade permanente de membro, sentido ou função; IV - aceleração de parto: Pena - reclusão, de três a dez anos, e multa, de 100 a 200 dias-multa
§3º	Se o crime é praticado em pessoa viva e resulta para o ofendido: I - Incapacidade para o trabalho; II - Enfermidade incurável; III - perda ou inutilização de membro, sentido ou função; IV - deformidade permanente; V - aborto: Pena - reclusão, de quatro a doze anos, e multa, de 150 a 300 dias-multa.
§4º	Se o crime é praticado em pessoa viva e resulta morte: Pena - reclusão, de oito a vinte anos, e multa de 200 a 360 dias-multa.

Artigo 15	Redação Lei nº 9.434 de 1.997
Caput	Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano: Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa, de 200 a 360 dias-multa.
Parágrafo único	Incorre na mesma pena quem promove, intermedeia, facilita ou aufere qualquer vantagem com a transação.
Artigo 16	Redação Lei nº 9.434 de 1.997
Caput	Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano: Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa, de 200 a 360 dias-multa.
Parágrafo único	Incorre na mesma pena quem promove, intermedeia, facilita ou aufere qualquer vantagem com a transação.
Artigo 17	Redação Lei nº 9.434 de 1.997
Caput	Recolher, transportar, guardar ou distribuir partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei: Pena - reclusão, de seis meses a dois anos, e multa, de 100 a 250 dias-multa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora não haja alterações na parte criminal da lei que regulamenta o transplante de órgãos, várias disposições normativas foram alteradas pela Lei 10.211 de 23 de março de 2001. O artigo 199, §4º, da Constituição Federal¹, prega que a Lei disponha sobre condições e requisitos que facilitem a remoção de órgãos, logo, o legislador deve caminhar no sentido de facilitar tal acesso.

Ao elaborar comparativo entre as leis Guilherme de Souza Nucci crava que “sob tal prisma, cremos que a primeira versão da Lei 9.434 de 1997 era mais adequada e harmônica à norma constitucional. O advento da Lei 10.211 de 2001 tornou mais difícil a remoção, razão pela qual arranha o propósito da Magna Carta de incentivar o transplante para fins terapêuticos”. (NUCCI, 2012, p. 519).

Destarte, “[...] embora criticada por muitos, era, em nosso entendimento, mais adequada à realidade e às necessidades da medicina e da solidariedade no campo da saúde.”

¹ Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

(NUCCI, 2012, p. 523), mesmo permanecendo intacta a parte das disposições penais as alterações nos demais regramentos quanto aos transplantes tendeu-se a dificultar o acesso aos órgãos.

4.4 TIPOS PENAIS INDIRETAMENTE RELACIONADOS AO TRÁFICO DE PESSOAS

No presente subcapítulo serão apresentados alguns dos principais crimes que não estão diretamente enquadrados no conceito de tráfico de pessoas, em quaisquer de suas formas de exploração, seja no Protocolo de Palermo e na legislação nacional.

Atualmente, esse crime se confunde com outras práticas criminosas e de violações aos direitos humanos e não serve mais apenas à exploração de mão de obra escrava. Alimenta também redes internacionais de exploração sexual comercial, muitas vezes ligadas a roteiros de turismo sexual, e quadrilhas transnacionais especializadas em retirada de órgãos (CUNHA; ROQUE, 2015, p. 117).

Como a atuação das organizações criminosas são desmembradas em várias frentes de trabalho, estes outros delitos podem ser crimes intermediários para a consumação delitiva do tráfico de pessoas, como é o caso do crime de falsificação de documento público. E ainda, pode resultar como consequência lastimável da conduta dos criminosos, como quando a vítima morre pelo tratamento desumano e degradante recebido.

4.4.1 Crimes contra a pessoa

O primeiro crime a ser apresentado é o homicídio (art. 121 do Código Penal), que está previsto na parte especial do Código Penal em seu título I que trata dos crimes contra a pessoa, logo, o capítulo I aborda os crimes contra a vida. A conduta de matar alguém, na forma simples do *caput* tem pena de reclusão, de seis a vinte anos. Existem casos de diminuição de pena que estão previstos no §1º “se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço” (BRASIL, 1940).

Mais comum de se enquadrar ao tráfico de pessoas é a figura do homicídio qualificado que está previsto no §2º do artigo 121. É quando o agente mata:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime: Pena - reclusão, de doze a trinta anos. Femicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015). Pena - reclusão, de doze a trinta anos. § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) (BRASIL, 1940).

Caso a morte ocorra por negligência, imprudência ou imperícia o homicídio será culposo (§3º) com pena de detenção, de um a três anos. Nestes casos a pena será aumentada de um terço, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante (§4º, primeira parte) (BRASIL, 1940).

Quando doloso o homicídio (§4º, segunda parte), a pena é aumentada de um terço se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003) (BRASIL, 1940).

A pena ainda será aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio, nos termos do §6º (Incluído pela Lei nº 12.720, de 2012) (BRASIL, 1940).

Outra consequência comum às vítimas do tráfico de pessoas é a sujeição a reiteradas agressões físicas e psicológicas, por isso aplica-se subsidiariamente o teor do artigo 129 do Código Penal (Lesão Corporal) que incrimina quem ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem com pena de detenção, de três meses a um ano (BRASIL, 1940).

Conforme o §1º, tal lesão será considerada de natureza grave se resultar:

I -incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; II - perigo de vida; III - debilidade permanente de membro, sentido ou função; IV - aceleração de parto. Nesses casos a pena será reclusão, de um a cinco anos. Chamada pela doutrina de lesão corporal gravíssima o §2º aborda as lesões que resultam: I - incapacidade permanente para o trabalho; II - enfermidade incurável; III perda ou inutilização do membro, sentido ou função; IV - deformidade permanente; V – aborto. Tal qualificadora prevê pena de reclusão, de dois a oito anos (BRASIL, 1940).

Nos casos em que a lesão corporal for tão grave que culmine com a morte da vítima, e as circunstâncias evidenciem que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena será de reclusão, de quatro a doze anos (§3º) (BRASIL, 1940).

As penas recebem uma diminuição nos termos do §4º, caso o agente cometa o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, pois o juiz pode reduzi-la de um sexto a um terço (BRASIL, 1940).

Caso a lesão ocorra por negligência, imprudência ou imperícia, ou seja, se a lesão é culposa a pena é de detenção, de dois meses a um ano (§6º). Bem como ela aumenta um terço se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 do Código Penal, nos termos do §7º (BRASIL, 1940).

Outra realidade cotidiana das vítimas do tráfico de pessoas é a sujeição a maus tratos. O art. 136 do Código Penal reza que expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina, receberá a pena de detenção, de dois meses a um ano, ou multa (BRASIL, 1940).

Caso em decorrência dos maus tratos resulte em lesão corporal de natureza grave a pena é de reclusão, de um a quatro anos (§1º). E se resulta a morte, a pena será de reclusão, de quatro a doze anos (§2º). Em qualquer dos casos, nos termos do §3º, aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos (BRASIL, 1940).

Desde que não se configure infração mais grave constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda, é

tipificado no art. 146 do Código Penal como crime de constrangimento ilegal, com pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa (BRASIL, 1940).

O §1º prevê que as penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas. Ademais, além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência (§2º). Outrossim, nos termos do §3º, não se compreendem na disposição deste artigo: I - a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida; II - a coação exercida para impedir suicídio (BRASIL, 1940).

Caso para a mercancia de seres humanos seja necessário sequestrar a vítima ou mantê-la em cárcere privado, restará cometido o crime do art. 148 do Código Penal, pois privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado recebe pena de reclusão, de um a três anos. Tal pena é de reclusão, de dois a cinco anos (§1º):

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005); II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital; III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias. IV – se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005). V – se o crime é praticado com fins libidinosos (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005) (BRASIL, 1940).

Caso resulte à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral a punição é de reclusão, de dois a oito anos (§2º) (BRASIL, 1940).

4.4.2 Crimes contra o patrimônio, contra a paz e a fé pública

O Código Penal cuida da proteção ao patrimônio em seu título II da parte especial, mormente o art. 158 prevê o crime de extorsão, que configura-se ao se constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, a pena é de reclusão, de quatro a dez anos, e multa (BRASIL, 1940).

Importante frisar que se o crime for cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade (§1º). Aliás, aplica-se à extorsão

praticada mediante violência o disposto no §3^o do artigo 157 do Código Penal (§2^o). Caso o crime seja cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa, bem como se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2^o e 3^o, respectivamente (§3^o) (BRASIL, 1940).

Como forma de impor medo e limitar a resistência das vítimas, alguns autores do tráfico de pessoas podem exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, conduta que enquadra-se ao crime de extorsão indireta, previsto no art. 160 do Código Penal, com pena de reclusão, de um a três anos, e multa (BRASIL, 1940).

No caso de associarem-se três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, sejam estes quais forem, ocorrerá o cometimento do crime de associação criminosa, previsto no art. 288 do Código Penal com pena de reclusão, de um a três anos. Nos termos do parágrafo único, a pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente, redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013 (BRASIL, 1940).

Se houver organização paramilitar o crime será o do art. 288-A do Código Penal, (Constituição de milícia privada) que pune a conduta de constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal, com pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos (incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012) (BRASIL, 1940).

Com a finalidade de ludibriar as autoridades públicas muitas quadrilhas infringem o art. 297 do Código Penal, por falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, crime com pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa (BRASIL, 1940).

Não é incomum que haja a participação de agentes do Estado, caso em que, nos termos do §1^o, se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte. Esclarecedor é o §2^o, pois explica que para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao

²Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.

portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular (BRASIL, 1940).

Frisa-se que nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir:

I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório; II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita; III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado §3º. O próprio §4º reza que nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no §3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços (BRASIL, 1940).

Com a rubrica de falsidade ideológica o art. 299, criminaliza a conduta daquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, a pena será de reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Conforme o parágrafo único, se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte (BRASIL, 1940).

O simples uso de documentação falsa já está tipificado no art. 304 do Código Penal, pois fazer uso de quaisquer papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302 do Código Penal recebe pena cominada à respectiva falsificação ou à alteração (BRASIL, 1940).

Naqueles casos em que os autores do tráfico de pessoas venham destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor, enquadra-se no crime do art. 305 do Código Penal (supressão de documento) com pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular (BRASIL, 1940).

Inclusive o art. 309 pune a fraude de Lei sobre estrangeiro, porque usar o estrangeiro para entrar ou permanecer no território nacional, com nome que não é o seu tem pena de detenção, de um a três anos, e multa. Ao se atribuir a estrangeiro falsa qualidade para promover-lhe a entrada em território nacional o parágrafo único traz a pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa (BRASIL, 1940).

Por fim, quem prestar-se a figurar como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor pertencente a estrangeiro, nos casos em que a este é vedada por lei a propriedade ou a posse de tais bens, terá a pena de detenção, de seis meses a três anos, e multa, conforme o art. 310 do Código Penal (BRASIL, 1940).

4.4.3 Crimes praticados por organizações criminosas

O Decreto 5.015 de 2014 dispõe sobre a repressão ao crime organizado, sendo a Lei 12.850 de 2013 incumbida da definição de organização criminosa, dispondo sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. “São inúmeras as organizações criminosas que existem atualmente. Cada uma assume características próprias e peculiares, amoldadas às próprias necessidades e facilidade que encontram no âmbito territorial em que atuam” (MENDRONI, 2015, p. 01).

O art. 1º da Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado. Logo, nos termos do §1º, considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013).

Já o §2º dispõe que a Lei se aplica também:

I - às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente; II - às organizações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional, por foro do qual o Brasil faça parte, cujos atos de suporte ao terrorismo, bem como os atos preparatórios ou de execução de atos terroristas, ocorram ou possam ocorrer em território nacional. II - às organizações terroristas,

entendidas como aquelas voltadas para a prática dos atos de terrorismo legalmente definidos (BRASIL, 2013).

A conceituação de organização criminosa aos olhos da doutrina:

“[...] é a associação de agentes, com caráter estável e durando, para o fim de praticar infrações penais, devidamente estruturada em organizamos preestabelecido, com divisão de tarefas, embora visando ao objetivo comum de alcançar qualquer vantagem ilícita, a ser partilhada entre os seus integrantes. [...] Em suma, por política criminal, a organização criminosa, no Brasil, somente pode validar-se como tal com um número mínimo de quatro integrantes (NUCCI, 2015, p. 12-13).

O art. 2º prevê especificamente o crime de “Organização Criminosa” para quem promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, a pena é de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas (BRASIL, 2013).

Conforme o §1º nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa. E no §2º as penas aumentam-se até a metade se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo. Além da pena ser agravada para quem exerce o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução (§3º) (BRASIL, 2013).

O §4º prevê que a pena será aumentada:

[...] de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços): I - se há participação de criança ou adolescente; II - se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal; III - se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior; IV - se a organização criminosa mantém conexão com outras organizações criminosas independentes; V - se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização (BRASIL, 2013).

Se houver indícios suficientes que funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual (§5º) (BRASIL, 2013).

Insta salientar que “a condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena” (§6º) (BRASIL, 2013).

Oportuno frisar que conforme §7º, se houver indícios de participação de policial nos crimes de que trata esta Lei, a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito policial e comunicará ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão (BRASIL, 2013).

No que tange as medidas policiais perpetradas durante a persecução criminal a Lei 12.850 de 2013 “prevê algumas medidas especiais, como a ação controlada e a infiltração, mas pode-se dizer que é tímida porque deveria ter ido mais além, acolhendo legislativamente, por exemplo, a responsabilidade pela estrutura de poder ou institucional aos chefes da organização criminoso” (GRECO FILHO, 2014, p. 14).

4.4.4 Crimes dispostos na Lei nº 6.815 de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil

A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração. O título XII cuida das infrações, penalidades e seu procedimento, deixando ao capítulo I as infrações e penalidades, sendo o art. 125 incumbindo de praticamente toda a parte criminal, sujeitando o infrator às penas cominadas quando:

I entrar no território nacional sem estar autorizado (clandestino): Pena: deportação. II - demorar-se no território nacional após esgotado o prazo legal de estada: Pena: multa de um décimo do Maior Valor de Referência, por dia de excesso, até o máximo de 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência, e deportação, caso não saia no prazo fixado. III - deixar de registrar-se no órgão competente, dentro do prazo estabelecido nesta Lei (artigo 30): Pena: multa de um décimo do Maior Valor de Referência, por dia de excesso, até o máximo de 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência. IV - deixar de cumprir o disposto nos artigos 96, 102 e 103: Pena: multa de duas a dez vezes o Maior Valor de Referência. V - deixar a empresa transportadora de atender à manutenção ou promover a saída do território nacional do clandestino ou do impedido (artigo 27): Pena: multa de 30 (trinta) vezes o Maior Valor de Referência, por estrangeiro. VI - transportar para o Brasil estrangeiro que esteja sem a documentação em ordem: Pena: multa de dez vezes o Maior Valor de Referência, por estrangeiro, além da responsabilidade pelas despesas com a retirada deste do território nacional. VII - empregar ou manter a seu serviço estrangeiro em situação irregular ou impedido de exercer atividade remunerada: Pena: multa de trinta vezes o Maior Valor de Referência por estrangeiro. VIII - infringir o disposto nos

artigos 21, § 2º, 24, 98, 104, §§ 1º ou 2º e 105: Pena: deportação. IX - infringir o disposto no artigo 25: Pena: multa de cinco vezes o Maior Valor de Referência para o resgatador e deportação para o estrangeiro. X - infringir o disposto nos artigos 18, 37, § 2º, ou 99 a 101: Pena: cancelamento do registro e deportação. XI - infringir o disposto no artigo 106 ou 107: Pena: detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e expulsão. XII - introduzir estrangeiro clandestinamente ou ocultar clandestino ou irregular: Pena: detenção de um a três anos e, se o infrator for estrangeiro, expulsão. XIII - fazer declaração falsa em processo de transformação de visto, de registro, de alteração de assentamentos, de naturalização, ou para a obtenção de passaporte para estrangeiro, laissez-passer, ou, quando exigido, visto de saída: Pena: reclusão de um a cinco anos e, se o infrator for estrangeiro, expulsão. XIV - infringir o disposto nos artigos 45 a 48: Pena: multa de cinco a dez vezes o Maior Valor de Referência. XV- infringir o disposto no artigo 26, § 1º ou 64: Pena: deportação e na reincidência, expulsão. XVI - infringir ou deixar de observar qualquer disposição desta Lei ou de seu Regulamento para a qual não seja cominada sanção especial: Pena: multa de duas a cinco vezes o Maior Valor de Referência. Parágrafo único. As penalidades previstas no item XI, aplicam-se também aos diretores das entidades referidas no item I do artigo 107 (BRASIL, 1980).

Já o art. 126 prevê que as multas previstas no supracitado capítulo, nos casos de reincidência, poderão ter os respectivos valores aumentados do dobro ao quántuplo.

5. DIAGNÓSTICO DA EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL NACIONAL SOBRE O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Como minuciosamente demonstrado acima a legislação pátria antes da promulgação dos Decretos nº 5.015, 5.016 e 5.017, todos de 2004, era praticamente inexistente quanto a tipificação de condutas ligadas ao tráfico de pessoas, em quaisquer de suas modalidades, até mesmo em relação aos crimes conexos como organização criminosa (Lei 12.850 de 2013) havia ausência de normas condizentes com a gravidade das condutas, estas somente foram superficialmente previstas com o advento dos atos normativos supracitados. Ocorre que:

[...] desde 2004, o Estado brasileiro assumiu o enfrentamento ao tráfico de pessoas como um tema merecedor de especial atenção em sua agenda de direitos humanos e tem procurado combater esse tipo de crime e essa nefasta violação aos direitos humanos com o desempenho de tarefas de prevenção, repressão e responsabilização (SIQUEIRA, 2013, p. 213).

As previsões legais existentes eram desconexas, pois mesmo com previsão isolada de alguns crimes como o de redução a condição análoga a de escravos (artigo 149 do Código Penal) e também a punição da comercialização de órgãos e tecidos do corpo humano (Lei 9.434 de 1997), a mercancia de pessoas em si não era conduta ilícita, somente se a vítima fosse mulher e se a finalidade fosse a exploração sexual (redação original do artigo 231, do Código Penal de 1940).

A primeira iniciativa para a adequação das leis brasileiras ao compromisso assumido internacionalmente foi a edição em 2005 da Lei 11.106, que alterou os artigos 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescentou o artigo 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e deu outras providências, mas de forma muito superficial e incipiente, começou a atender aos ditames internacionais.

Com as previsões de elaboração de estudos e propostas previstas no I PNETP, com período de execução de 2008 a 2010 (Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008), houveram algumas alterações como a promulgação das Lei 12.015 de 2009, que alterou todo o título VI da parte especial do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, esse anteriormente tratava dos crimes contra os costumes e agora rege os crimes contra a dignidade sexual, bem como o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.

Inobstante todas as reformas esparsas, a conduta de comercializar pessoas ainda não é prevista como crime de forma específica, contudo, com a entrada em vigência do II PNETP (Portaria interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013), que encontra-se em desenvolvimento, com previsão de execução de 2013 a 2016, tramita no Congresso Nacional projeto de Lei que pode mudar drasticamente esta situação de anomia quanto ao enfretamento ao tráfico de pessoas.

As leis e normas alienígenas também servem para orientar os parlamentares brasileiros no estudo do assunto, importante destacar que o ordenamento internacional apenas é um norte para o Brasil criar e adequar a legislação a realidade e as particularidades locais, em tal sentido:

O protocolo de Palermo indica as linhas de atuação a serem adotadas nos países para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, mas não como uma fórmula pronta para ser aplicada. A internalização da legislação internacional deve ser adaptada à realidade brasileira. [...] O protocolo não define o que seja a *exploração*, mas deixa claro, com o uso da expressão ‘**no mínimo**’, que esse rol é meramente exemplificativo. (RODRIGUES, 2013, p. 127-128). Grifo da autora.

Insta salientar que “o governo brasileiro, tanto pelo poder Legislativo, como pelos poderes executivo e judiciário, está atento ao tema, e a expectativa [...] é uma resposta efetiva à impunidade e uma forma relevante de prevenção (e de inibição) dessa nefasta violação à integridade pública do ser humano” (SIQUEIRA, 2013, p. 222).

Em pleno 2016, ou seja, 12 anos após a promulgação dos Decretos internacionais o Estado brasileiro ainda não deu uma roupagem devida aos delitos para a correta punição da comercialização de pessoas, logo, resta demonstrado que:

No âmbito legislativo, como em outros países, no Brasil tem-se discutido o tema, mas ainda não se deu uma resposta efetiva no que toca à responsabilização criminal para os perpetradores dessa agressão. A peculiaridade e a complexidade do crime de tráfico de pessoas exigem uma reforma legislativa que contemple as características do crime organizado (sua natureza empresarial e transnacional) e tipifique as condutas dos integrantes dessas redes criminosas” (SIQUEIRA, 2013, p. 221).

Como exemplo atual de atuação parlamentar tem-se o projeto de Lei do Senado nº 479 de 2012, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil – 2011 (BRASIL, 2012), que tramitou na Câmara dos Deputados sob nº 7.370-B, e que dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, da proteção e assistência às vítimas, prevê alteração da Lei nº 6.815, de 19

de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), dos Decretos-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e das Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (Lei dos Transplantes), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei do Desporto) (BRASIL, 2014).

O escopo do referido projeto de lei é dispor “sobre os princípios, diretrizes e meios de prevenção e repressão ao tráfico internacional e interno de pessoas, determina a proteção e assistência às vítimas, define tipos penais e cria regras processuais” (BRASIL, 2014). Como forma de repressão ao tráfico de pessoas uma de suas modalidades é a integração de polícias e ações de repressão aos crimes correlatos e da responsabilização de seus autores (artigo 5º, inciso II).

A redação final do projeto de lei também trata de disposições processuais em seu capítulo V, no artigo 8º, principalmente quanto as atribuições da autoridade policial no transcorrer do inquérito policial, nos seguintes termos:

Art. 8º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias relacionadas a bens, direitos ou valores pertencentes ao investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito do crime de tráfico de pessoa, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. § 1º Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção. § 2º O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e valores quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal. § 3º Nenhum pedido de liberação será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado ou investigado, ou de interposta pessoa a que se refere o caput, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores, sem prejuízo do disposto no § 1º. § 4º Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, sequestrado ou declarado indisponível.

Cuidou-se, no artigo 9º do projeto de Lei do Senado nº 479 de 2012, para que todas as atividades relacionadas a persecução criminal tenha a aplicação subsidiária da Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, que dispõe sobre as organizações criminosas. Já no artigo 10

preocupou-se em adequar vários tipos penais de legislações variadas, como o Código Penal, Código de Processo Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros, nos seguintes termos:

Art. 10. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 13-A a 13-G e 809-A: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e no art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conterà: I - o nome da autoridade requisitante; II - o número do inquérito policial; e III - a identificação da unidade de polícia judiciária responsável pela investigação.” “Art. 13-B. As empresas de transporte manterão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens, para fins de investigação criminal.” “Art. 13-C. As concessionárias de telefonia fixa ou móvel manterão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, à disposição do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia registros de identificação dos números dos terminais de origem e de destino das ligações telefônicas internacionais, interurbanas e locais, para fins de investigação criminal, nos crimes de tráfico de pessoa. Parágrafo único. As autoridades de que trata o caput que manejarem os documentos e registros que lhes forem disponibilizados serão responsabilizadas pelo uso indevido e quebra de sigilo das informações obtidas, nos termos da lei, no âmbito civil, administrativo e criminal.” “Art. 13-D. Se necessário à prevenção e repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados (sinais, informações e outros) que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso. § 1º O sinal de que trata esta Lei significa o posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência. § 2º Nas hipóteses de que trata o caput, o sinal: I - não permitirá o acesso ao conteúdo da comunicação de qualquer natureza, que dependerá de autorização judicial, conforme disposto em lei; II – deverá ser fornecido pela prestadora de telefonia móvel celular por período não superior a 30 (trinta) dias, renovável por uma única vez, por igual período; III – para períodos superiores ao disposto no inciso II, será necessária a apresentação de ordem judicial. § 3º Na hipótese prevista neste artigo, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial. § 4º Não havendo manifestação judicial, no prazo de 12 (doze) horas, a autoridade competente requisitará às empresas

prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados (sinais, informações e outros) que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso com a imediata comunicação ao juiz.” “Art. 13-E. Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano. § 1º A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros. § 2º As autoridades mencionadas no art. 13-C poderão requerer cautelarmente que os registros de conexão sejam guardados por prazo superior ao previsto no caput. § 3º Na hipótese prevista no § 2º, a autoridade requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do requerimento, para ingressar com o pedido de autorização judicial de acesso aos registros previstos no caput. § 4º O provedor responsável pela guarda dos registros deverá manter sigilo em relação ao requerimento previsto no § 2º, que perderá sua eficácia caso o pedido de autorização judicial seja indeferido ou não tenha sido protocolado no prazo previsto no § 3º. § 5º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, conforme disposto na Seção IV do Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. § 6º Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.” “Art. 13-F. Os provedores de aplicações de internet constituídos na forma de pessoa jurídica e que exerçam essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverão manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição das autoridades mencionadas no art. 13-C, para fins de investigação criminal. § 1º Ordem judicial poderá obrigar, por tempo certo, os provedores de aplicações de internet que não estão sujeitos ao disposto no caput a guardarem registros de acesso a aplicações de internet, desde que se trate de registros relativos a fatos específicos em período determinado. § 2º As autoridades mencionadas no art. 13-C poderão requerer cautelarmente a qualquer provedor de aplicações de internet que os registros de acesso a aplicações de internet sejam guardados, inclusive por prazo superior ao previsto no caput, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 13 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. § 3º Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, conforme disposto na Seção IV do Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. § 4º Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.” “Art. 13-G. A autoridade competente assegurará, nos casos necessários, o sigilo das informações e dos

meios tecnológicos utilizados na investigação criminal.” “Art. 809-A. Será criado o Cadastro Nacional de Traficantes de Seres Humanos, que conterá os dados referentes às pessoas que cometerem os crimes de tráfico internacional de pessoas e de tráfico interno de pessoas e às circunstâncias do crime. Parágrafo único. Os dados constantes do mencionado cadastro, inclusive os referentes a antecedentes criminais, poderão ser disponibilizados para países signatários da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus dois Protocolos, relativos ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea e à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, celebrados em Palermo, em 15 de dezembro de 2000, e aprovados pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 231, de 29 de maio de 2003, publicado no Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2003”. (BRASIL, 2014, p. 6-14).

Mais diretamente relacionado ao objeto do presente estudo, o capítulo VI da redação final do substituto da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 7.370-B de 2014 do Senado Federal (PLS nº 479/12 na casa de origem), aborda os crimes relacionados ao tráfico de pessoas, sendo que o artigo 11 dispõe sobre provável alteração no artigo 149 do Código Penal, no seguinte sentido:

Redução a condição análoga à de escravo Art. 149. Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º III – alicia e recruta trabalhadores, ciente de que serão explorados em trabalho análogo ao de escravo; IV – tendo o dever de investigar, reprimir e punir tais crimes, por dever funcional, omite-se no cumprimento de sua função pública. § 2º II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, gênero, religião, origem ou orientação sexual; III – decorrente do tráfico de pessoas. § 3º Durante o cumprimento da pena, o condenado fica obrigado a participar de cursos de ética e direitos humanos (BRASIL, 2014, p. 14-15).

Não se pode olvidar da contribuição mais notável do referido projeto que é, em fim, a criação do crime próprio de tráfico de pessoas, pois nos termos do artigo 12, será acrescido o artigo 149-A ao Código Penal, que além de outras regulamentações importantíssimas ainda tratou como “irrelevante o consentimento da vítima” (BRASIL, 2014, p. 15). Aliás o tráfico em tais casos pode ser “para os seguintes fins: I – adoção; II - exploração sexual; III - trabalho análogo ao de escravo; IV - remoção de órgãos, células, tecidos ou partes do corpo humano; V – submissão a qualquer tipo de servidão” (BRASIL, 2014, p. 15-16), com a seguinte sugestão redacional:

Transportar, transferir, aliciar, recrutar, alojar ou acolher pessoa vinda do exterior para o território nacional, deste para o exterior, ou dentro do território nacional, recorrendo à ameaça, violência ou a outras formas de

coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou ao pagamento, sem prejuízo da pena correspondente à violência, sendo irrelevante o consentimento da vítima, para os seguintes fins: I – adoção; II - exploração sexual; III - trabalho análogo ao de escravo; IV - remoção de órgãos, células, tecidos ou partes do corpo humano; V – submissão a qualquer tipo de servidão: Pena - reclusão, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa. § 1º A pena é aumentada em um terço se: I - a vítima tem menos de 18 (dezoito) e mais de 14 (catorze) anos; II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância. § 2º A pena é aumentada pela metade se: I - a vítima tiver menos de 14 (catorze) anos; II - se o crime for cometido por servidor público no exercício da função. § 3º A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor colaborar espontaneamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime, na identificação das rotas do tráfico e na localização e libertação das vítimas. § 4º Durante o cumprimento da pena, o condenado fica obrigado a participar de cursos de ética e direitos humanos. §5º As vítimas de crime de tráfico de pessoa, independentemente de colaborarem com a justiça, quando necessário, poderão ser atendidas pelos programas especiais de proteção a vítima e testemunhas disciplinados pela Lei nº 9.807, de 13 julho de 1999. (BRASIL, 2014, p. 115-117).

O artigo 13 prevê a possível criação do artigo 284-A no Código Penal, direcionado exclusivamente a proteção contra modificações corporais desprovidas de consentimentos das vítimas, com o seguinte preceito primário:

Realizar modificações corporais sem consentimento da vítima, por profissional não habilitado ou em condições que ofereça risco à saúde: Pena – reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos. § 1º A pena é aumentada pela metade: I - se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro; II – se do fato resulta lesão corporal grave; III – se a vítima tem menos de 18 (dezoito) e mais de 14 (catorze) anos. § 2º A pena é aumentada pelo dobro: I – se do fato resulta morte; II – se o crime é praticado para fins de exploração sexual de vítima de tráfico humano; III – se a vítima tem menos de 14 (catorze) anos. (BRASIL, 2014, p. 17-18).

Conforme o artigo 15, quanto a Lei 9.434 de 1997, que trata da remoção de órgãos, esta passaria a vigorar com alterações em seus artigos 14 a 17, conforme se apresenta:

Art. 14. Remover células, tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições desta Lei: 4º

..... Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos, e multa de 200 (duzentos) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. § 5º Incorre nas mesmas penas previstas no § 4º quem remove, recolhe, transporta, guarda, compra, vende, distribui ou transplanta órgãos ou partes do corpo humano ciente de que foram obtidos por meio do tráfico de seres humanos.

Art. 15. Comprar ou vender células, tecidos, órgãos ou partes do corpo humano:”(NR)

Art. 16. Realizar transplante ou enxerto utilizando células, tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei:”(NR)

“Art. 17. Recolher, transportar, guardar ou distribuir células, tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei. (BRASIL, 2014, p.18-19).

Nos termos do artigo 14, ainda seria acrescido mais um inciso ao rol taxativo do artigo 1º da Lei 8.072 de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), quais sejam os noveis artigos 149 e 149-A, ambos do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 2014, p.18).

Importa frisar as possibilidades de alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990), em especial no que tange a colocação em família substituta, e ainda nos artigos 28, 39, 50, 51, 52, 60, 83, 141, 149 e 167, bem como disposições relativas à contratação de atletas (capítulo VIII) e disposições relativas à contratação de modelos e manequins (Capítulo IX) (Brasil, 2014, p. 25-26).

Atualmente o projeto de lei está em trâmite no Senado Federal (substituto da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012), sob a Relatoria do Senador Ricardo Ferraço, que sugeriu várias alterações no projeto de lei original oriundo da Câmara do Deputados, pregando:

O relatório do Senador Ricardo Ferraço, com voto favorável ao SCD nº 2, de 2015, com as seguintes alterações: a) manter a redação original da ementa e do art. 1º do PLS nº 479, de 2012; b) manter a redação original do inciso II, do art. 6º do PLS nº 479, de 2012; c) suprimir o art. 7º do SCD e manter o art. 12 do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 7º; d) manter o art. 9º do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 10; e) manter os arts. 13-A e 13-D, e suprimir os arts. 13-B, 13-C, 13-E até 13-G e 809-A, do art. 10 do SCD; f) suprimir o art. 11 do SCD e manter o art. 10 do PLS nº 479, de 2012; g) suprimir o art. 12 do SCD, com exceção do caput do art. 149-A, e manter o art. 11 do PLS nº 479, de 2012, aproveitando a redação conferida nos incisos e parágrafos originais do art. 149-A; h) suprimir o art. 13 do SCD; i) suprimir o art. 14 do SCD; j) suprimir o art. 15 do SCD; k) suprimir o art. 16 do SCD; l) suprimir o art. 17 do SCD; m) suprimir o art. 18 do SCD; e o) suprimir o art. 21 do SCD, e manter o art. 15

do PLS nº 479, de 2012. Matéria pronta para a Pauta na Comissão (BRASIL, 2015, p. 1-2).

Como última etapa do processo legislativo, em 19 de setembro de 2016 foi remetido o Ofício SF nº 1.150, de 19/09/16, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF nº 152/16 ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 131 a 138), sendo ainda remetido Ofício SF nº 1.151, de 19/09/16, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fl. 139), nos seguintes termos:

SENADO FEDERAL. COMISSÃO DIRETORA. PARECER Nº 777, DE 2016. Redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012 (nº 7.370, de 2014, na Câmara dos Deputados). A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012 (nº 7.370, de 2014, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, proteção e assistência às vítimas; e altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e 9.615, de 24 de março de 1998, consolidando os dispositivos do Substitutivo da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário e os dispositivos do Projeto de Lei do Senado mantidos pelo Plenário. Senado Federal, em 13 de setembro de 2016.

JORGE VIANA, PRESIDENTE. VICENTINHO ALVES, RELATOR. ELMANO FÉRRER. ROMERO JUCÁ 2. ANEXO AO PARECER Nº 777, DE 2016. Redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012 (nº 7.370, de 2014, na Câmara dos Deputados).

Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tráfico de pessoas cometido no território nacional contra vítima brasileira ou estrangeira e no exterior contra vítima brasileira.

Parágrafo único. O enfrentamento ao tráfico de pessoas compreende a prevenção e a repressão desse delito, bem como a atenção às suas vítimas.

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 2º O enfrentamento ao tráfico de pessoas atenderá aos seguintes princípios:

I – respeito à dignidade da pessoa humana;

II – promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;

III – universalidade, indivisibilidade e interdependência;

IV – não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status;

V – transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas;

VI – atenção integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em investigações ou processos judiciais;

VII – proteção integral da criança e do adolescente.

Art. 3º O enfrentamento ao tráfico de pessoas atenderá às seguintes diretrizes:

I – fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada das esferas de governo no âmbito das respectivas competências;

II – articulação com organizações governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiras;

III – incentivo à participação da sociedade em instâncias de controle social e das entidades de classe ou profissionais na discussão das políticas sobre tráfico de pessoas;

IV – estruturação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil;

V – fortalecimento da atuação em áreas ou regiões de maior incidência do delito, como as de fronteira, portos, aeroportos, rodovias e estações rodoviárias e ferroviárias;

VI – estímulo à cooperação internacional;

VII – incentivo à realização de estudos e pesquisas e ao seu compartilhamento;

VIII – preservação do sigilo dos procedimentos administrativos e judiciais, nos termos da lei;

IX – gestão integrada para coordenação da política e dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

CAPÍTULO II DA PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Art. 4º A prevenção ao tráfico de pessoas dar-se-á por meio:

I – da implementação de medidas intersetoriais e integradas nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança pública, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura e direitos humanos;

II – de campanhas socioeducativas e de conscientização, considerando as diferentes realidades e linguagens;

III – de incentivo à mobilização e à participação da sociedade civil; e

IV – de incentivo a projetos de prevenção ao tráfico de pessoas.

CAPÍTULO III DA REPRESSÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Art. 5º A repressão ao tráfico de pessoas dar-se-á por meio:

I – da cooperação entre órgãos do sistema de justiça e segurança, nacionais e estrangeiros;

II – da integração de políticas e ações de repressão aos crimes correlatos e da responsabilização dos seus autores;

III – da formação de equipes conjuntas de investigação.

CAPÍTULO IV DA PROTEÇÃO E DA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS

Art. 6º A proteção e o atendimento à vítima direta ou indireta do tráfico de pessoas compreendem:

I – assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde;

II – acolhimento e abrigo provisório;

III – atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status;

IV – preservação da intimidade e da identidade;

V – prevenção à revitimização no atendimento e nos procedimentos investigatórios e judiciais;

VI – atendimento humanizado;

VII – informação sobre procedimentos administrativos e judiciais.

§ 1º A atenção às vítimas dar-se-á com a interrupção da situação de exploração ou violência, a sua reinserção social, a garantia de facilitação do acesso à educação, à cultura, à formação profissional e ao trabalho e, no caso de crianças e adolescentes, a busca de sua reinserção familiar e comunitária.

§ 2º No exterior, a assistência imediata a vítimas brasileiras estará a cargo da rede consular brasileira e será prestada independentemente de sua situação migratória, ocupação ou outro status.

§ 3º A assistência à saúde prevista no inciso I deste artigo deve compreender os aspectos de recuperação física e psicológica da vítima.

Art. 7º A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 18-A. Conceder-se-á residência permanente às vítimas de tráfico de pessoas no território nacional, independentemente de sua situação migratória e de colaboração em procedimento administrativo, policial ou judicial.

§ 1º O visto ou a residência permanentes poderão ser concedidos, a título de reunião familiar:

I – a cônjuges, companheiros, ascendentes e descendentes; e

II – a outros membros do grupo familiar que comprovem dependência econômica ou convivência habitual com a vítima.

§ 2º Os beneficiários do visto ou da residência permanentes são isentos do pagamento da multa prevista no inciso II do art. 125.

§ 3º Os beneficiários do visto ou da residência permanentes de que trata este artigo são isentos do pagamento das taxas e emolumentos previstos nos arts. 20, 33 e 131.”

“Art. 18-B. Ato do Ministro de Estado da Justiça estabelecerá os procedimentos para concessão da residência permanente de que trata o art. 18-A.”

“Art. 42-A. O estrangeiro estará em situação regular no País enquanto tramitar pedido de regularização migratória.”

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS

Art. 8º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias relacionadas a bens, direitos ou valores pertencentes ao investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito do crime de tráfico de pessoas, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

§ 1º Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

§ 2º O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e valores quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal.

§ 3º Nenhum pedido de liberação será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado ou investigado, ou de interposta pessoa a que se refere o

caput, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores, sem prejuízo do disposto no § 1º.

§ 4º Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, sequestrado ou declarado indisponível.

Art. 9º Aplica-se subsidiariamente, no que couber, o disposto na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.

Art. 10. O Poder Público é autorizado a criar sistema de informações visando à coleta e à gestão de dados que orientem o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Art. 11. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 13-A e 13-B:

“Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.

Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conterá:

I – o nome da autoridade requisitante;

II – o número do inquérito policial; e

III – a identificação da unidade de polícia judiciária responsável pela investigação.”

“Art. 13-B. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, sinal significa posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência.

§ 2º Na hipótese de que trata o caput, o sinal:

I – não permitirá acesso ao conteúdo da comunicação de qualquer natureza, que dependerá de autorização judicial, conforme disposto em lei;

II – deverá ser fornecido pela prestadora de telefonia móvel celular por período não superior a 30 (trinta) dias, renovável por uma única vez, por igual período;

III – para períodos superiores àquele de que trata o inciso II, será necessária a apresentação de ordem judicial.

§ 3º Na hipótese prevista neste artigo, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.

§ 4º Não havendo manifestação judicial no prazo de 12 (doze) horas, a autoridade competente requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso, com imediata comunicação ao juiz.”

Art. 12. O inciso V do art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83.

.....

V – cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

.....” (NR)

Art. 13. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 149-A:

“Tráfico de Pessoas

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I – remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II – submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;

III – submetê-la a qualquer tipo de servidão;

IV – adoção ilegal; ou

V – exploração sexual.

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I – o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II – o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

III – o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou

IV – a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.”

CAPÍTULO VI DAS CAMPANHAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Art. 14. É instituído o Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a ser comemorado, anualmente, em 30 de julho.

Art. 15. Serão adotadas campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, a serem divulgadas em veículos de comunicação, visando à conscientização da sociedade sobre todas as modalidades de tráfico de pessoas.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Revogam-se os arts. 231 e 231-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação oficial (BRASIL, 2016).

Superada a fase de criação dos crimes e meios de investigação é crucial a classificação legal de algumas condutas relacionadas ao tráfico de pessoas como crime hediondo. Explica-se, é que no Brasil a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, inciso XLIII, atribuiu à Lei a definição do que vem a ser crime hediondo, logo “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos [...]” (BRASIL, 1988).

“Desta forma, crime hediondo será única e exclusivamente aquele que esta lei, já chamada de ‘Lei dos Crimes Hediondos’, assim o disser” (MONTEIRO, 2015, p. 38). Dessa forma, o rol legal de definição é estritamente taxativo, ou seja, utiliza-se de um conceito formal para o enquadramento do que seja ou não crime hediondo.

Todavia, inegável a existência de um conceito material de crime hediondo, “[...] toda vez que uma conduta delituosa estivesse revestida de excepcional gravidade, seja na execução, quando o agente revela total desprezo pela vítima, insensível ao sofrimento físico ou moral a que a submete [...]” (MONTEIRO, 2015, p. 37). Convergindo com o exposto Luiz Carlos dos Santos Gonçalves (2010) ensina que o norte para a definição material de um crime como hediondo seria a ofensa a dignidade da pessoa humana.

“Essa dignidade se consubstancia na condição de titular de direitos e deveres, compartilhada por todas as pessoas, independentemente de quaisquer

condicionamentos, como idade, sexo, saúde, religião, opinião, nacionalidade ou local de residência” (MARZAGÃO JUNIOR, 2010, p. 175).

Nessa esteira, afirma Luiz Carlos dos Santos Gonçalves (2010) que, mesmo ausentes do rol do artigo 1º da lei 8.072 de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e por conseguinte do conceito formal de delitos hediondos, algumas condutas envolvendo o tráfico de pessoas deveriam ser consideradas materialmente como hediondas, a título de exemplo, “[...] as condutas do parágrafo 2º do artigo 231 e parágrafo 2º do 231-A §§2º - exploração agravada pela especial fragilidade da vítima ou pelo emprego de direta violência, grave ameaça ou fraude – deveriam fazê-lo” (MARZAGÃO JUNIOR, 2010, p. 192). O autor ainda aduz que, salvo os casos trazidos à baila, cuja materialidade da hediondez se faz presente, os outros crimes hoje previsto abstratamente, tanto no Código Penal, quanto na legislação penal especial, não apresentam tal característica.

Mesmo com todas as críticas de especialistas e com os projetos de lei supracitados, a situação ainda está muito distante da ideal, por isso é comum a afirmação que, mesmo com todos os esforços e planos, “[...] até a presente data, ainda são poucos os tipos penais brasileiros que criminalizam situações específicas de tráfico de pessoas – isto é, tipos em que descrevem a ação de mobilidade, os meios coercitivos ilícitos e o fim exploratório (ARRUDA; MIOZZO, 2015, p. 217).

Não se trata somente de criar crimes, deve-se realizar um enquadramento devido entre a descrição abstrata contida na lei e a gravidade da conduta perpetrada pelo indivíduo, com a espécie e quantidade de pena apropriada para não acabar gerando penas desproporcionais a lesão causada ao bem jurídico protegido, seja pelo rigor excessivo ou pela inocuidade da punição, acaba-se por propalar injustiças.

Sobre tal ponto, é possível, inclusive, fazer uma crítica ao legislador, eis que deveria ter ele se preocupado em punir com o merecido rigor aqueles que traficam seres humanos para o serviço forçado ou para o trabalho em condições similares à escravidão, em conformidade com o compromisso internacional assumido com a ratificação do Protocolo de Palermo (ARRUDA; MIOZZO, 2015, p. 218).

Importante entender que existe uma gigantesca diferença entre as condutas de traficar pessoas e migrar voluntariamente. O Congresso Nacional pode deixar certa margem discricionária, tanto ao executivo quanto ao judiciário, no momento da efetiva aplicação da lei futuramente editada. Feitas as devidas ressalvas “só reconhecemos a discricionariedade na aplicação, pois a discricião é atribuída ao administrador para que este opte não por qualquer

solução, mas, sempre, pela solução mais adequada para atender a finalidade legal, pela melhor solução para um caso concreto” (GROTTI, 2015, p. 172).

Oportuno rememorar a diferença entre discricionariedade e interpretação, conceito útil para os administradores públicos, para a sociedade civil e para todos operadores do direito:

[...] de um lado, a que propugna o alargamento do princípio da legalidade pela inserção dos princípios e valores na Constituição, trazendo como consequência a maior limitação à discricionariedade administrativa e a ampliação do controle judicial em assuntos tradicionalmente da alçada do administrador; e, de outro, a que, no contexto de disseminação da ideia de Administração gerencial, preconiza o alcance da eficiência por meio do reconhecimento de maior liberdade decisória aos dirigentes conjugada ao controle dos resultados e a ampliação da discricionariedade, fazendo renascer, inclusive, a ideia de discricionariedade técnica, para reduzir o controle judicial, tendo em conta o envolvimento de aspectos técnicos cuja definição compete à Administração Pública (GROTTI, 2015, p. 166).

Pela vertente multifacetária do problema, exige-se uma solução macro e abrangente, que transcenda a simples punição criminosa dos casos de polícia, focada no combate à pobreza e a desigualdade. A origem do tráfico de pessoas, assim como a própria migração têm suas bases na desigualdade social e na procura por melhores condições de vida.

Estes são os resultados, em grande parte, das atuais políticas macroeconômicas e sociais que se aglutinam no crescimento ilimitado do capitalismo e da globalização, baseada no princípio do mercado livre e de políticas de não intervenção pelo Estado. Sugere-se, portanto, que o foco da discussão sobre a efetividade das medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas esteja voltado para as contradições entre os esforços antitráfico, por um lado, e as macropolíticas que fertilizem as causas do tráfico humano, por outro – causas que podem diluir as ações de enfrentamento ao tráfico em meros simbolismo (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010, p. 92).

A busca por uma melhor condição de vida é um instinto natural do ser humano, assim, não se viabilizará resolução ao imbróglio por uma análise somente sobre o viés da segurança pública, sendo de bom alvitre, “malgrado a face obscura do trabalho escravo, e a ausência de leis que efetivamente tratem o caso da migração como um caso social, e não apenas entabulem o problema migratório como caso de polícia” (CARVALHO et al, 2016, p. 83).

Quanto as discrepâncias entre o simples migrante daquela pessoa vítima do tráfico de pessoa, ressalta-se que:

Conforme observado, a migração ainda é tratada como “caso de polícia” e de segurança nacional, relegando a área de Direitos Humanos e de Assistência Social ao segundo plano, haja vista as dificuldades encontradas pelo migrante serem inúmeras, e na hipótese de sua estada ser para o trato de assuntos triviais ou comércio informal, isso é tolerado pelo Estado brasileiro (CARVALHO et al, 2016, p. 83).

Ademais, a vítima do tráfico ainda convive com ameaças e violências, não restando alternativa para alguns que ficam a margem da legalidade, pois:

[...] possui imensos obstáculos para obter documentos que lhe garantam a sua cidadania e a sua estada legal no Brasil, a fim de que lhe seja garantido trabalho digno e assistência do Estado para as suas necessidades mais básicas, seja no tocante à saúde ou obtenção de documentos que possibilitem uma melhor convivência como cidadão (CARVALHO et al, 2016, p. 83).

Desta feita, é natural buscar uma saída “fácil” para o desemprego, a insegurança, a ausência de cuidados básicos, de educação e moradia, ficando nitidamente vulneráveis a atuação de quadrilhas que oferecem soluções mágicas num eldorado qualquer, nesse sentido:

Pessoas sem acesso a educação, saúde e especialmente emprego ou segurança social naturalmente procuram soluções práticas. Elas podem optar corajosamente pela migração com forma legítima de procurar melhores condições de vida, necessariamente aceitando os riscos, incluindo aqueles relacionados à migração irregular, à contratação de contrabandistas e possivelmente acabando no tráfico de pessoas (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010, p. 92).

Ante a magnitude da questão, a solução apresentada deve ser sistêmica e global, transpassando a punição criminal e desdobrando-se em verdadeira política maciça intersetorial, aí sim, oportunizando recuperação física, psicológica e social das vítimas.

Vale destacar a relevância para o Brasil de um projeto de lei que tipifique o tráfico de pessoas como crime, além da criação de um Sistema Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Tais iniciativas ao serem adotadas pelo Governo Federal por certo consolidarão a democracia pautada pelo estreito compromisso com a efetivação dos Direitos Humanos (MARZAGÃO JÚNIOR, 2010, p. 95).

Em arremate:

Em que pese um avanço no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil nos últimos anos, entende-se que, independentemente de eventual responsabilidade do Estado, a legislação brasileira precisa ser alterada, conforme previsto na agenda internacional. Porém, devendo respeitar uma adequada sistematização e o princípio da proporcionalidade para os delitos relacionados ao tráfico de pessoas e também de contrabando de migrantes (RODRIGUES, 2013, p. 132).

Várias são as justificativas para a apatia do Congresso Nacional na regulamentação da matéria em apreço, não bastasse a dificuldade natural de um assunto tão dispare, os últimos meses foram catastróficos para a política nacional, com graves reflexos na produção legislativa, isto porque, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estão a passos lentos pelo julgamento da então Presidente da República Dilma Vana Roussef, sendo lugar comum que muitos projetos de Lei estão estagnados.

No campo político, podemos citar o embate ocorrido entre os mandatários do Poder Executivo Federal e da Câmara de Deputados, que culminou, entre outras coisas, com o processo de impeachment presidencial e com a chamada “judicialização” do Legislativo. O engessamento do Congresso Nacional em seu funcionamento regimental, a “quase paralisação” do processo legislativo (produção de leis e outros normativos) e a ausência de busca, por parte dos congressistas, de soluções para alavancar o crescimento nacional e reverter o quadro de recessão que se abateu sobre o país foram alguns dos “efeitos colaterais” dessa crise entre os poderes (BENINI; GOMES, 2016, p. 248).

Ante o exposto, constata-se que a inércia do Congresso Nacional deixa uma lacuna na plenitude do enfrentamento ao tráfico de pessoas, mesmo que já se tenha evoluído muito após a promulgação do Protocolo de Palermo, com projetos ainda em tramitação no legislativo brasileiro, necessária a criação de normas condizentes com a realidade brasileira, que atenda as peculiaridades do país.

6. PLANO DE AÇÃO

Elaborar um plano de ação possibilita que sejam apresentadas soluções para os casos identificados, mediante análise da situação organizacional de uma forma ampla, como ensina Araújo (2005). É uma ótima ferramenta estratégica na busca de se atingir um resultado desejado ou de se resolver algum tipo de problema.

Para que o plano de ação seja eficiente, oportuno o estabelecimento de etapas, bem como seu devido controle, assim, a ferramenta de gestão utilizada para formatá-lo é a 5W2H. Originada da Gestão da Qualidade, permite uma visão abrangente de todo o plano estabelecido, de forma a controlar as etapas estipuladas e aferir sua eficiência.

A ferramenta 5W2H é uma metodologia que funciona por meio de um mapeamento de atividades e responsáveis por sua realização, devendo ser respondidas as seguintes questões: O quê? (*What?*); Por quê? (*Why?*); Quem? (*Who?*); Onde? (*Where?*); Quando? (*When?*); Como? (*How?*); e Quanto? (*How Much?*). Nota-se, que sua nomenclatura deriva das iniciais, em inglês, das questões a serem respondidas para a efetivação do planejamento estabelecido.

Feitos os esclarecimentos, propor-se-á um plano de ação que vise nortear o Congresso Nacional e a Presidência da República na criação, elaboração ou alteração de projetos de lei que venham a efetivamente adequar a realidade legislativa nacional frente ao compromisso assumido pelo Brasil com a comunidade internacional de enfrentar o tráfico de pessoas.

Logo, a proposta de melhoria resultante desse estudo é no sentido de se estabelecer um caminho de planejamento no trâmite do processo legislativo federal, onde sejam contempladas as prioridades de prevenir e combater o tráfico de pessoas, proteger e ajudar as vítimas, em especial as mulheres e as crianças, com base em uma ampla discussão entre os atores envolvidos, dentro de um período razoável, para que não seja uma política tardia.

Nos termos do art. 59 da Constituição Federal o processo legislativo compreende a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções.

(BRASIL, 1988). Conforme o artigo 61, para o enfrentamento ao tráfico de pessoas basta a iniciativa de leis ordinárias, que cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

Não importa em qual Casa parlamentar será apresentado o projeto, pois este, após ser aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação do Presidente da República, todavia se a Casa revisora o aprovar, ou arquivar, se o rejeitar (art. 65). Caso haja emenda, o projeto voltará à Casa iniciadora. (BRASIL, 1988).

É incumbência da Casa na qual tenha sido concluída a votação enviar o projeto de lei ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará (art. 66). Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto (§1º) (BRASIL, 1988).

Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção. Contudo, o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. Caso o veto não seja mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República. Esgotado sem deliberação o prazo supracitado, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final (BRASIL, 1988).

Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, o Presidente do Senado a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo. Entretanto, a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional (BRASIL, 1988).

O plano de ação poderá ser mais bem visualizado com base nos quadros 5W2H a seguir, que fornecerão uma visão mais completa do instrumento proposto levando em conta a

propositura de projeto de Lei por um Congressista. Posteriormente, os pontos principais serão explicados de forma mais detalhada.

PLANO DE AÇÃO PARA PROJETO DE LEI

O que?	Dispor sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, proteção e assistência às vítimas.
Por quê?	Para cumprir o compromisso internacional assumido pelo Brasil com a promulgação do Decreto 5.017 em 2004 de adotar medidas legislativas e outras necessárias de forma a estabelecer como infrações penais os atos descritos no referido decreto, quando praticados intencionalmente.
Quem?	Pode ser apresentado por Senadores da República, Deputados Federais e Presidente da República, que posteriormente encaminham ao Chefe do Executivo para sanção, promulgação ou veto e posterior vigência se aprovado.
Onde?	Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados e/ou no Senado Federal, nas comissões parlamentares, em especial a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).
Quando?	Após as deliberações, discussões e votações por maioria simples, dependendo se for projeto de lei ordinária.
Como?	Por meio de reuniões periódicas, sessões de discussão, debates e votação.
Quanto?	Não há custos diretos previstos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A ideia principal desse instrumento de planejamento é propiciar uma maior integração entre os setores do parlamento, compartilhando a responsabilidade por definir como será editada a legislação penal nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

A participação popular poderá ser feita por meio de auxílio nas votações, seja subsidiando o estudo com a apresentação de pareceres que expliquem a gravidade da realidade das vítimas ou simplesmente fiscalizando a atuação dos parlamentares por meio do acompanhamento da matéria por sítios eletrônicos ou televisão.

Estas possibilidades dão transparência ao processo legislativo e diminuem as desconfianças, pois a sociedade civil de certa forma participa do processo de decisão, mesmo que de forma indireta por seus representantes eleitos, podendo, ainda, contribuir para o surgimento de uma cultura de acompanhamento e controle deles.

Tendo como base o sobredito projeto de Lei que se encontra nas mãos do Presidente da República para sanção é inegável a necessidade de criação no Código Penal de um tipo específico que pune todas as modalidades do tráfico de pessoas, possível artigo 149-A, mostra-se um gigantesco avanço na legislação nacional, contudo perdeu-se a oportunidade de melhor adequar as penas e procedimentos a gravidade delitiva.

Inicialmente comunga-se do entendimento que todas as modalidades de tráfico de pessoas deveriam ser enquadradas como Crime Hediondo, para tal basta acrescentar ao rol do artigo 1º da Lei 8.072/90 o futuro artigo 149-A do Código Penal, medida que estenderá ao tráfico de pessoas todas as consequências da hediondez.

Aliás, também deveria ser acrescido o artigo 149-A ao rol taxativo da Lei 7.960/89 que dispõe sobre a prisão temporária, ampliando a possibilidade desta prisão cautelar para o crime em tela, além de, caso fosse considerado crime hediondo, ter o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, nos termos do artigo 2º, §4º, da Lei 8.72/90.

Uma demonstração de precaução foi a expressa aplicação subsidiária, no que couber, de tudo que estiver disposto na Lei no 12.850/13, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal.

Outra crítica ao projeto de Lei é quanto a quantidade de pena cominada em abstrato é irrisória causa de aumento de pena frente a enorme causa de diminuição de pena. Explica-se, caso sancionado pelo Presidente da República a pena para o crime de tráfico de pessoas será de reclusão de 04 a 08 anos, muito baixa pela gravidade da mercancia de seres humanos. Como comparativo a pena para o tráfico de drogas é de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (artigo 33, Lei 11.343/06).

Ao realizar uma análise conglobante, no Brasil é mais grave comercializar entorpecentes que pessoas. Não bastasse isso a pena ainda poderá ser reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa. Numa simples equação matemática o infrator poderia ter uma pena de 1 ano e 4 meses por vender um ser humano. Encontra-se benevolência ainda na causa de aumento de pena que pode ser de um terço a

metade, quanto deveria ser de até o dobro, sempre respeitados os critérios de individualização da pena.

Das etapas estipuladas no plano de ação supracitado, o projeto de Lei está em fase final, ou seja, só falta a análise presidencial para que seja realizada a sanção ou o veto, para que, após a entrada em vigência dos tipos penais, aos órgãos policiais e o ministério público se incumbirem da persecução criminal. Ao judiciário cabe julgar devidamente e responsabilizar eventuais condutas criminosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, no tocante a situação da legislação penal sobre o enfretamento ao tráfico de pessoas, antes da promulgação dos Decretos 5.015, 5.016 e 5.017, todos de 2004, constatou-se que havia ínfima criminalização da conduta de comercializar pessoas, com previsão de crimes correlatos para os autores de condutas que explorassem sexualmente as vítimas, ou sujeitassem-nas a prática de trabalho escravo, ou ainda, negociassem órgãos humanos.

Com o advento dos tratados internacionais de direitos humanos, que encontram-se em posição de suprallegalidade em relação as leis infraconstitucionais, fato reconhecido pelo próprio Supremo Tribunal Federal, o Brasil está obrigado a buscar o aprimoramento do enfretamento ao tráfico de pessoas, sendo que uma das formas de inibição de tal problema social é a previsão de tipos penais condizentes com as condutas exploratórias descritas de forma exemplificativa no Decreto 5.017 de 2004.

Por isso, foram editados os planos nacionais de enfretamento ao tráfico de pessoas, em ambos foi incentivada a elaboração de estudos e projetos para mudar a ausência de previsão legal, como principais exemplos têm-se as leis 11.106 de 2005 e 12.015 de 2009. Atualmente tramita no Congresso Nacional projeto de lei que pode finalmente dar uma proteção mais abrangente e integral às vítimas da mercancia de seres humanos.

Pelo caráter subjetivo e, por ainda estar em deliberação o projeto, resta aguardar a sapiência e inteligência dos parlamentares sobre a temática, para analisar se o Brasil cumpriu o compromisso assumido frente à comunidade internacional de adotar medidas legislativas e outras que considere necessárias de forma a estabelecer infrações penais. Após 12 anos da promulgação dos Decretos de direitos humanos supracitados, constata-se que o País ainda está em débito com tal compromisso, contudo caminha no sentido de, gradativamente, diminuir o abismo da falta de leis penais incriminadoras.

Como o magistrado não pode negar-se a julgar a causa, ao deixar de prever adequadamente as condutas na lei o legislador declina ao judiciário a tarefa de amoldar as ações a outras figuras inaptas à tutela desses bens jurídicos tão caros. Por isso, devem os congressistas limitar a atuação do juiz dentro daquela já dita discricionariedade prevista no

ordenamento, ficando este amparado pela proporcionalidade e razoabilidade de suas ideologias.

Vale dizer: a atuação judicial é limitada pelas possibilidades de solução oferecidas pelo ordenamento, pelo tipo de argumentação jurídica utilizável e pelo controle de razoabilidade e de racionalidade que restringem as influências extrajudiciais de natureza ideológicas ou estratégica. Mas não as inibem inteiramente. Reconhecer isso não diminui o direito, mas antes permite que ele se relacione com a política de maneira transparente, e não escamoteada (BARROSO, 2011, p. 442).

Destarte, a legislação penal brasileira é insuficiente para proteção das vítimas e a punição dos crimes de tráfico de pessoas. Como não está condizente aos ditames internacionais a alternativa é buscar o enquadramento em crimes subsidiários, aplicando aos autores destes crimes asquerosos, penas ténues ante a gravidade do delito.

Ademais, quando estiverem adequadamente previstas tais infrações penais, sua punibilidade deve ser proporcional à gravidade das ações. A título de exemplo, é inconcebível a realidade brasileira do crime de tráfico de drogas ser formalmente previsto como delito hediondo e o tráfico de pessoas não. Nos termos da própria Constituição Federal, o ordenamento jurídico brasileiro aplica as consequências da hediondez a quem comercializa drogas, mas não faz para quem vende seres humanos.

É necessária a criação de tipos penais, a alteração de várias *legis* esparsas que tratam da matéria, sempre com a adequação da gravidade da conduta a quantidade de pena aplicada. Aliás, as deliberações devem transcender o campo das ideias e efetivamente mudar a realidade do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, pois a CPI do tráfico de pessoas encaminhou seu relatório a Câmara dos Deputados em 2012, sendo que após 4 (quatro) anos de debates, a legislação brasileira ainda não sofreu qualquer alteração substancial.

Já dizia Rui Barbosa que justiça atrasada nada mais é senão injusta e qualificada, tal pensamento deve ser aplicado diretamente para as políticas públicas que o Estado desenvolve. Não é mais admissível que após 12 (doze) anos da vigência do Tratado de Palermo nem mesmo a legislação brasileira tenha se adequado aos padrões internacionais assumidos.

O Brasil, apesar das recentes mudanças advindas da força cogente das jurisprudências, é um País essencialmente positivista, ou seja, para que seja realizado qualquer ato pela administração pública é necessária a edição de Lei, é o chamado princípio

da estrita legalidade que está esculpido no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal. Logo, à administração pública só é permitido fazer o que está previamente previsto ou determinado na Lei.

Em sede conclusiva, o primeiro passo para se efetivar uma política pública é a edição de Lei para a regulamentação e validade dos atos. Para a criminalização de condutas a legalidade vem cravada no artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal, pois, “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (BRASIL, 1988). Destarte, adequar a legislação nacional é o mínimo para o início da persecução criminal e responsabilização dos infratores.

Fere qualquer razoabilidade que um assunto tão grave como o enfrentamento ao tráfico de pessoas, que apresenta reflexos em vários seguimentos da sociedade brasileira, tenha seu principal projeto de Lei em trâmite a quase um lustro (cinco anos). Ressalta-se que caso o Presidente da República vete o referido Projeto de Lei encaminhado, voltar-se-á à estaca zero.

Caso aprovado o Projeto de Lei poderão advir alterações na Lei 6.815 de 1980 (Estatuto do estrangeiro), Decreto-Lei 2.848 de 1940 (Código Penal) e Decreto-Lei 3.689 de 1941 (Código de Processo Penal), que serão condizentes com o início da devida regulamentação da temática.

Rememora-se que pelos desencontros ideológicos entre Congresso Nacional e Executivo Federal nos últimos meses, bem como pela fixação no enxugamento dos gastos públicos, não seria espantoso um veto a qualquer projeto de Lei, não importando a temática, pela simples justificativa de contenção de gastos públicos.

Desprovido do intento de colocar termo ao presente assunto, o trabalho em epígrafe buscou trazer à baila questionamentos que possam servir de base para futuras empreitadas nessa seara do conhecimento, de forma a se pensar de maneira estratégica no aperfeiçoamento da legislação penal nacional, no que tange ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e apresentar o que fora realizado nos últimos anos, para efetivamente cumprir o compromisso internacional assumido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luis César G. de. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2005.

ARRUDA, Rejane Alves de; MIOZZO, Renata Facchini. **O julgamento dos crimes de tráfico de seres humanos em face da federalização da competência prevista no art. 109 §5º da Constituição Federal**. Revista DIREITO UFMS, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 213 – 235, jul./dez. 2015.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BENINI, Élcio Gustavo; GOMES, Djalma Peçanha. **Modelo organizacional do controle interno do Poder Executivo Federal: uma breve análise das propostas de emenda à Constituição em trâmite no Congresso Nacional**. Revista da CGU, Brasília, 8(12), p. 246-273, jan./jun. 2016.

BONAVIDES, Paulo. **A Constituição Aberta**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

_____. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Redação final do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei nº 7.370-b de 2014 do Senado Federal (PLS nº 479/12 na casa de origem)** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0EBCC4060E8B5465411541E2172C43F9.proposicoesWeb1?codteor=1305246&filename=REDACAO+FINAL+++PL+7370/2014>. Acesso em 14 jul. 2016.

_____. Congresso Nacional. Senado Federal. **Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015, ao projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119888>>. Acesso em 14 jul. 2016.

_____. Congresso Nacional. Senado Federal. **Redação final do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012 (nº 7.370, de 2014, na Câmara dos Deputados)**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=199814&tp=1>. Acesso em 20 set 16.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro 1988. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. **Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.** Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004. **Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.** Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. **Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.** Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. **Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP.** Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008. **Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano.** Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6347.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013. **Institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CONATRAP.** Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7901.htm#art10>.
Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. **Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. **Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. **Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9434.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. **Define os crimes de tortura e dá outras providências**. Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.** Legislação. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. Lei nº 12.850, 02 de agosto de 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm>. Acesso em: 01 fev. 2016.

_____. **Ministério do Trabalho e Emprego.** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/component/content/article?id=1494>>. Acesso em 01 fev. 2016.

_____. Portaria interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013. **Aprova o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - II PNETP e institui o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP.** Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/anexo_gi_monitoramento/portaria-interministerial-no-634-de-25-de-fevereiro-de-2013.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. **Relatório do Plano Nacional.** Enfretamento ao tráfico de pessoas. 1º ed. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-relatorios/etprelatorioplanonacional.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. **Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania Ministério da Justiça. Relatório de Gestão 2015/2016.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/secretaria-nacional-de-justica-e-cidadania-divulga-relatorio-de-gestao-2015-2016>>. Acesso em: 07 jul. 16.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, Luciani Coimbra de et al. **Trabalho, fronteira e migrantes bolivianos na cidade de Corumbá/MS: uma análise à luz da Constituição Federal de 1988 e do direito**

ao pleno exercício da cidadania. Revista DIREITO UFMS, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 73 – 85, jan./jun. 2016.

CUNHA, Rogério Sanches; ROQUE, Fábio. **Crimes Federais.** 3ª edição, revista ampliada e atualizada. ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 27. ed. São Paulo: Atlas. 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Comentários à Lei das Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13.** São Paulo: Saraiva, 2014.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. **A teoria dos conceitos jurídicos indeterminados e a discricionariedade técnica.** Revista DIREITO UFMS, Campo Grande, MS, Edição Especial, p. 165 – 185, jan./jun. 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 2ª ed. São Paulo: Atlas 1991.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARZAGÃO JÚNIOR, Laerte, I. (coodr). **Tráfico de Pessoas.** São Paulo: Quarteier Latin, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. et al. **Curso de Direito Constitucional.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Comentários à Lei de combate ao crime organizado.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEIRO, Antônio Lopes. **Crimes Hediondos.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional.** 9. ed. São Paulo: Método, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra Dignidade Sexual.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. **Organização Criminosa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional.** 4. ed. São Paulo: Método, 2014.

PAULO, Vicente. et al. **Direito Constitucional Descomplicado.** 8. ed. São Paulo: Método, 2012.

PEREIRA, Cícero Rufino. **Direitos humanos fundamentais: o tráfico de pessoas e a fronteira.** São Paulo: LTr, 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Temas de Direitos Humanos**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PROFIAP. **Mestrado Profissional em Administração Pública**. Disponível em: <<http://www.profiap.org.br/index.php/sobre-o-curso-2>>. Acesso em 29 de janeiro de 2015.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RODRIGUES, Thaís de Camargo, **Tráfico de pessoas para exploração sexual**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. et al. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SIQUEIRA, Priscila et al. **Tráfico de pessoas: quanto vale o ser humano na balança comercial do lucro?: a escravidão no Século XXI**. São Paulo, Ideias e Letras, 2013.

STRECK, Lenio Luiz. et al. **Ciência Política e Teoria do Estado**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.